

Relatório e Contas 2018



Águas da Figueira, SA

Índice

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	- 1 -
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO – ENVOLVENTE EXTERIOR.....	- 2 -
ENQUADRAMENTO DO SETOR	- 4 -
APRESENTAÇÃO DA EMPRESA.....	- 7 -
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES.....	- 8 -
POLÍTICA DA QUALIDADE.....	- 10 -
ACONTECIMENTOS MAIS RELEVANTES EM 2018	- 11 -
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	- 15 -
PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	- 23 -
ÁGUA FATURADA	- 25 -
RECOLHA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE EFLUENTES	- 29 -
ÁREAS DE SUPORTE.....	- 32 -
RECURSOS HUMANOS	- 37 -
SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	- 40 -
OUTRAS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS.....	- 46 -
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	- 48 -
CONSIDERAÇÕES FINAIS	- 48 -
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	- 49 -
ANEXO	- 54 -
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	- 86 -
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	- 87 -

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2018 registou uma ligeira quebra dos volumes faturados em relação ao ano anterior de cerca de 2%, devido essencialmente a fenómenos climatéricos adversos. Este valor poderia ter sido mais elevado não fosse o aumento da atividade económica registada no Concelho, responsável pelo aumento dos consumos não domésticos, na ordem dos 3,7%.

Apesar da redução global dos consumos o valor percentual de perdas de água mais uma vez foi reduzido, estando agora nos 18%, bem abaixo do valor médio nacional que ronda os 30% segundo dados da ERSAR. Estes valores fazem com que o serviço cada vez seja prestado com maior regularidade e qualidade, elevando continuamente os padrões de serviço da Águas da Figueira.

Durante o ano de 2018 continuámos a apostar em cada vez mais estarmos junto dos nossos clientes e ir ao encontro das suas necessidades, alargando os canais de cobrança disponíveis e as formas de contacto com a empresa. O Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) entrou em vigor em 25 de maio de 2018, a empresa empenhada no respeito pela privacidade e confidencialidade dos dados dos seus Clientes adaptou os seus procedimentos a esta exigência legal e disponibilizou a sua Política de Privacidade e Proteção de Dados nos seus balcões de atendimento e na sua página da internet.

Não podemos deixar de referir a comemoração do Dia Mundial da Água e das Florestas, no dia 23 de março, esta iniciativa emblemática, que envolveu cerca de 840 crianças do concelho, fez parte de um vasto conjunto de atividades desenvolvidas durante o ano de 2018 onde se pretendeu aumentar o envolvimento da população com a empresa e alertar para a necessidade de preservar os recursos hídricos e as florestas.

Foi com agrado que fomos também agraciados com o prémio do Expresso Caixa Top, como a empresa que mais se distinguiu no sector Água, Eletricidade e Gás, obtendo assim o reconhecimento externo pela eficiência e excelentes resultados do nosso modelo de gestão a nível nacional.

Os dias 13 e 14 de outubro do ano 2018 ficam marcados pelas condições climatéricas que fustigaram a Figueira da Foz com a tempestade Leslie. Esta tempestade provocou inúmeros danos de elevado impacto e valor em todas as infraestruturas do concelho da Figueira da Foz. A Águas da Figueira não foram exceção e viram as suas instalações serem danificadas gravemente durante a referida tempestade, contudo, graças ao planeamento, esforço conjunto de diversas entidades e dedicação incansável dos colaboradores da Águas da Figueira, os serviços nunca foram interrompidos e foram restabelecidos num breve espaço de tempo nas zonas em que ficaram suspensos. Este foi também um teste e uma prova do compromisso que a Águas da Figueira tem em servir os seus clientes com elevados padrões de qualidade, numa parceria cada vez mais estreita com os habitantes da Figueira da Foz, com o Câmara Municipal e as diversas entidades que ajudam a que o nosso trabalho se torne cada vez melhor.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO – ENVOLVENTE EXTERIOR

Geral

Depois de uma aceleração da atividade mundial em 2017, no ano de 2018 o ritmo de crescimento manteve-se mais moderado, mas mais diferenciada entre países. No grupo das economias avançadas o crescimento homólogo do PIB real diminuiu, mas manteve uma taxa de crescimento elevada nas economias de mercado emergentes.

As economias da Zona Euro continuaram a beneficiar de taxas de juro negativas para os valores de referência a três meses com aumento de 0.006p.p e a seis meses com redução de 0.007p.p.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

	2016	2017	2018
Euribor 1M	-0,37%	-0,37%	-0,37%
Euribor 3M	-0,32%	-0,33%	-0,32%
Euribor 6M	-0,22%	-0,26%	-0,27%
Euribor 12M	-0,08%	-0,15%	-0,18%

Fonte: EMMI (valores de fim de período)

O **preço do petróleo** apresentou alguma volatilidade ao longo de 2018. Com tendência ascendente nos primeiros nove meses do ano e uma queda acentuada superior a 24% face ao ano anterior no último trimestre do ano. O preço do petróleo em média em 2018 situou-se em 60,2Euros/Barril.

Numa economia importadora de petróleo, como é o caso da economia portuguesa, o aumento do preço do petróleo tem um impacto negativo sobre o crescimento do PIB, através do aumento dos preços da importação de matérias primas, de transporte e da sua transmissão aos preços no consumidor. O impacto sobre os preços no consumidor reflete quer o efeito direto proveniente do aumento do preço dos produtos derivados do petróleo quer o efeito indireto resultante do aumento do custo de produção de outros bens.

Portugal

Em 2018, a economia portuguesa prosseguiu a trajetória de crescimento da atividade, embora em desaceleração. Estando o crescimento do PIB alinhado com as publicações para o conjunto da área do euro pelo Banco Central Europeu (BCE).

Em 2018, o **Índice de Preços no Consumidor (IPC)** registou uma variação média anual de 1%, o que representa uma redução de 0,4 p.p face aos valores de 2017.

A taxa de variação média anual do **Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)** situou-se em 1,2%, (redução de 0,4 p.p. face ao ano de 2017).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

Taxa de Variação Anual	2016	2017	2018
PIB	1,5%	2,8%	2,1%
IPC	0,6%	1,4%	1,0%
IHPC	0,6%	1,6%	1,2%
Desemprego	11,1%	8,9%	7,0%
Consumo Privado *	2,1%	2,3%	2,3%
Consumo Público*	0,6%	0,2%	0,7%
Exportações*	4,1%	7,8%	3,6%
Importações*	4,1%	8,1%	4,1%

Fonte: Banco de Portugal e INE

Dados – Dezembro de 2018

A taxa média de **desemprego** em 2018 ascendeu a 7%, menos 1,9 p.p. do que no ano anterior.

A evolução das tarifas de **energia elétrica** de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra uma redução na Baixa Tensão:

	2016	2017	2018
Média Tensão	165	167	167
Baixa Tensão Especial	180	182	181
Baixa Tensão Normal	150	152	151

Fonte: ERSE

Em 2018, verificou-se uma desaceleração de 0,7 p.p. do crescimento do PIB real (2,1%) relativamente ao valor registado em 2017 (2,8%). A procura interna mantém-se como a principal força de crescimento económico embora o seu contributo tenha reduzido face a 2017. Esta evolução assenta sobretudo no abrandamento do Investimento, atenuado ligeiramente por uma aceleração do crescimento real do consumo público (de 0,2% em 2017 para 0,7% em 2018) e pela estabilização do crescimento do consumo privado em 2,3% em parte pelo aumento do rendimento disponível das famílias resultante do crescimento do emprego e dos salários.

ENQUADRAMENTO DO SETOR

Em termos Nacionais, o PENSAAR 2020 constitui, desde 2014, o instrumento estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, com enfoque na gestão eficiente de recursos, na evolução do setor no sentido da melhoria da qualidade e excelência do serviço e no acesso das populações a um serviço público de abastecimento e saneamento adequado às suas necessidades e com custos socialmente aceitáveis.

Portugal - Atividade do Setor

Existem atualmente em Portugal 435 entidades gestoras, das quais 270 com atividade de abastecimento público de água, em “alta” e “baixa”, excluindo-se cerca de 61 microentidades formadas por Juntas de Freguesia ou Associações de Utilizadores, 269 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 278 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2017), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	6	8	12
Concessões Municipais	1	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	8
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-	-
Associações de Municípios	-	1	3
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	1	-	-
Serviços Municipais	1	-	-
TOTAL	12	12	23

Fonte: ERSAR, RASARP, 2018

Na vertente da “baixa”, existem em Portugal, 319 entidades no abastecimento de água e 257 no saneamento de águas residuais, repartidas por 8 e 5 modelos de gestão, respetivamente. Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo 2,9 milhões de habitantes e 183 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes e 22 concelhos, as concessões municipais com cerca de 2 milhões de habitantes e 33 concelhos, e as empresas municipais ou intermunicipais, com 1,8 milhões de habitantes e 28 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,6 milhões de habitantes e 190 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados (2,3 milhões de habitantes, em 21 concelhos), as empresas municipais ou intermunicipais (1,8 milhões de habitantes, em 28 concelhos), as concessões municipais (1,8 milhões de habitantes, em 23 concelhos) e as parcerias Estado/municípios (0,6 milhões de habitantes, em 18 concelhos).

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	28	23	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	2	2	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	23	23	18
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	61	-	-
Associações de Municípios	-	-	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	20	19	7
Serviços Municipais	183	190	228
TOTAL	319	257	255

Fonte: ERSAR, RASARP, 2018

No que se refere à acessibilidade física dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em “baixa”, de acordo com os parâmetros de qualidade da Entidade Reguladora (RASARP 2018), é considerada boa para o território continental, com exceção da acessibilidade ao serviço de saneamento de águas residuais em áreas mediantemente urbanas, considerado apenas como mediano.

Abastecimento de água em Portugal continental		Saneamento de águas residuais em Portugal continental	
Serviço em baixa		Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%	Área predominantemente urbana	97%
Área mediamemente urbana	95%	Área mediamemente urbana	82%
Área predominantemente rural	92%	Área predominantemente rural	70%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2018

Quanto à água não faturada, segundo o RASARP 2018, a média continental foi de 30,22%, sendo que na Águas da Figueira, SA o valor situou-se em 17,84%, significativamente abaixo da média nacional.

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A Águas da Figueira, SA é uma sociedade anónima, criada em 18 de fevereiro de 1999 e detida atualmente a 50% pela AQUAPOR - Serviços, SA e a 50% pela AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, SA.

Por Contrato de Concessão de serviço público celebrado com a Câmara Municipal da Figueira da Foz, a 29 de março de 1999, esta Empresa passou a explorar os Sistemas de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e de Recolha, Transporte e Tratamento dos Efluentes Domésticos do Concelho da Figueira da Foz.



A composição dos Órgãos Sociais da Águas da Figueira, SA é a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Dra. Filipa Pinto Basto de Sousa de Macedo Ravasco Mendes, Presidente

Dra. Susana Daniela Simões da Silva Braga, Secretária

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Engº Paulo Jorge Almeida Oliveira, Presidente

Engº Altino Barbosa da Conceição, Vogal

Engº Fausto Manuel Melo de Oliveira, Vogal

Engº Francisco José Pereira Morais, Vogal

FISCAL ÚNICO EFETIVO

Ernst & Young Audit & Associados, SROC, SA representada por:

Dr. Paulo Jorge Luís Silva, ROC

FISCAL ÚNICO SUPLENTE

Ernst & Young Audit & Associados, SROC, SA representada por:

Dr. Luís Miguel Gonçalves Rosado, ROC

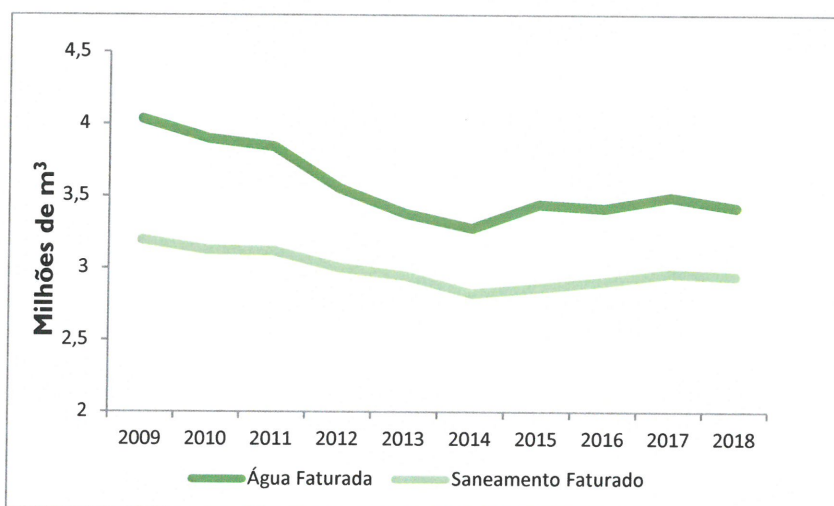
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES

A evolução dos principais indicadores nos últimos cinco anos encontra-se resumida no quadro seguinte:

INDICADORES GERAIS	2014	2015	2016	2017	2018
ÁGUA					
Contadores Instalados (un)	40.119	40.275	40.491	40.865	41.089
Contratos com Tarifa de Disp. de Água (un)	40.253	40.389	40.595	40.950	41.172
N.º de ETA's Existentes (un)	4	4	4	4	4
N.º de Reservatórios (un)	41	41	41	41	41
Capacid. Reserva Água Adução/Distrib. (m³)	32.170	32.170	32.170	32.170	32.170
Estações Hidropressoras (un)	15	15	15	15	15
Água Captada/Tratada (m³/ano)	4.253.449	4.387.839	4.317.758	4.280.637	4.162.071
Água Distribuída (m³/ano)	4.253.311	4.355.429	4.301.866	4.185.193	4.077.801
Água Faturada (m³/ano)	3.276.742	3.441.598	3.416.019	3.492.066	3.419.453
Água não Faturada (m³/ano)	976.707	946.241	901.739	788.571	742.618
Perdas Totais(%)	22,96%	21,57%	20,88%	18,42%	17,84%
Comprimento Rede Água intervencionada (ml)	5.031	4.829	6.236	4.637	3.219
Análises Realiz. Qualidade Água (N.º/ano)	2.602	2.641	2.301	2.278	2.391
Conformidade Obtida Qualidade Água (%)	99,7	99,7	99,7	99,9	99,9
SANEAMENTO					
Contratos Existentes (un)	37.384	37.542	37.749	38.117	38.298
Água Residual Faturada (m³/ano)	2.824.737	2.863.647	2.908.066	2.962.520	2.942.773
N.º de ETAR's Existentes (un)	14	14	14	14	14
N.º de Elevatórias de Saneamento (un)	150	150	150	150	151
Água Residual Tratada (m³/ano)	5.367.233	3.497.568	4.111.456	3.143.560	3.671.839
Comprimento Total Rede Saneamento (Km)	478,2	479	479,4	479,8	479,9
Análises Realizadas nas ETAR's (N.º/ano)	2.116	1.800	2.426	2.350	2.350
RECURSOS HUMANOS					
Número Colaboradores a 31/12	93	97	96	98	97
Colaboradores/1000 Clientes	2,31	2,40	2,36	2,39	2,36
FINANCEIROS (Eur)					
Capital Próprio	9.051.983	11.128.143	13.388.738	15.523.839	17.379.402
Ativo Líquido Total	42.362.024	41.045.283	38.833.005	35.942.811	30.949.926
Volume de Negócios	11.838.684	12.043.736	12.207.677	12.437.547	12.312.351
Result. Operacional antes Amort, Juros e Impostos	5.654.486	5.725.049	5.823.703	5.972.073	5.571.476
Resultados Antes de Impostos	2.666.796	2.737.344	2.988.344	2.825.425	2.459.722
Resultado Líquido	1.981.300	2.076.160	2.260.595	2.135.101	1.855.563

Contrastando com o clima de 2017 em que se verificou um aumento da temperatura acompanhado de um nível de seca severa ou extrema em algumas regiões do país, 2018 registou temperaturas mais amenas ao longo de todo o ano, tendo os níveis de precipitação sido muito superiores aos do ano anterior, sobretudo durante o 1º semestre.

Em resultado destas alterações climáticas os consumos faturados de água e água residual retraíram-se ligeiramente face ao ano anterior.



Em resultado da variação dos volumes faturados e não obstante terem sido tomadas medidas que a médio prazo tornarão a empresa mais eficiente ao nível operacional, nomeadamente relacionadas com a utilização de novas tecnologias ao nível de telegestão, telemetria e monitorização das redes, o acréscimo de alguns gastos de exploração, resultado nomeadamente de alterações legislativas, levaram a que o resultado do exercício se reduzisse face aos dos anos anteriores.

POLÍTICA DA QUALIDADE

No contexto em que se insere, a Águas da Figueira, SA assumiu como visão “**ser uma Empresa com elevado nível de satisfação dos clientes de referência a nível nacional**”.

No sentido de alcançar a referida visão, foi estabelecida pela Empresa a seguinte política da organização:

- ✦ A Águas da Figueira, SA presta um serviço público, com implicação direta na qualidade de vida de todos, o que impõe uma prestação de serviço com os níveis de qualidade exigidos legalmente, de forma ininterrupta e nesse pressuposto compromete-se a:
 - Garantir continuamente a qualidade e quantidade no fornecimento de água;
 - Garantir a qualidade dos efluentes rejeitados no meio hídrico;
 - Avaliar e promover continuamente a satisfação dos seus clientes e dos seus colaboradores, a confiança da Concedente, fornecedores e a expectativa dos acionistas, comunidade envolvente e público em geral;
 - Avaliar, controlar e minimizar os riscos e danos para a saúde pública associados ao ciclo urbano da água, bem como a saúde e segurança dos seus colaboradores e de todas as pessoas envolvidas nas suas atividades;
 - Potenciar as competências dos colaboradores através da sua formação contínua, da melhoria das condições de trabalho e do reforço do espírito de equipa;
 - Minimizar os impactos ambientais da sua atividade, no sentido da prevenção da poluição e da utilização eficiente de matérias-primas, energia e recursos naturais;
 - Melhorar a eficiência operacional, através da definição de objetivos operacionais periódicos, controlo do seu desempenho, garantindo um desenvolvimento sustentável e melhoria contínua.
- ✦ Assim, a Águas da Figueira, SA compromete-se a assegurar os recursos humanos e materiais permitindo o cumprimento do Plano de Segurança da Água, da Gestão Patrimonial de Infraestruturas, implementar e promover a melhoria contínua de acordo com os referenciais NP EN ISO 9001 e NP EN ISO 14001, cumprindo com a legislação aplicável e demais exigências que a organização subscreva.

Do exposto, é missão da Águas da Figueira, SA “**contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população servida, satisfazendo as suas necessidades e expectativas, bem como as dos colaboradores e parceiros da Empresa, no âmbito da exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento, garantindo o cumprimento dos normativos legais, contratuais, ambientais, morais e éticos**”.

ACONTECIMENTOS MAIS RELEVANTES EM 2018

Tal como já foi atrás mencionado, a atividade da empresa está muito relacionada com as condições climáticas que se verificam durante o ano. Neste sentido, e tendo em conta que as temperaturas ao longo do ano foram mais amenas e que o nível de precipitação foi superior ao do ano anterior, o ano de 2018 registou um decréscimo de 2% da água faturada, a que equivale uma redução de cerca de 73 mil m³. Tal redução teve maior expressão nos clientes do tipo Autarquia e Domésticos, fortemente associado a consumos para regas de espaços verdes. Contudo, importa salientar que o crescimento económico levou ao aumento do consumo de clientes Não Domésticos de cerca de 3,7%.

Ao nível da água residual faturada, a redução do volume total faturado ficou-se pelos 0,7% face a 2017, cerca de 20 mil m³, verificando-se igualmente uma redução nos clientes do tipo Autarquia e Domésticos e aumento dos clientes Não Domésticos.

De salientar ainda que na sequência das alterações climáticas que se têm vindo a manifestar, nomeadamente com a tempestade tropical Leslie de 13 e 14 de outubro, se verificaram vários e elevados danos em infraestruturas de água e de saneamento, os quais, embora perturbando o normal funcionamento das principais instalações que servem um maior número de clientes, não impediram a continuidade dos serviços prestados pela Águas da Figueira, SA.

Foi iniciada a análise da execução do Contrato de Concessão do último quinquénio no sentido de apurar se, para além do desvio identificado nos investimentos realizados, se verificaram outros desvios significativos positivos e negativos significativos, processo que culminará com a assinatura de um Memorando de Entendimento que se prevê concluir no início de 2019.

Foram ainda realizadas pelos técnicos da Câmara Municipal diversas vistorias às instalações de água e saneamento, com o objetivo de verificar as condições de funcionamento dessas instalações, bem como verificar os resultados das intervenções que foram realizadas.

No âmbito da responsabilidade social assumida pela Águas da Figueira, SA em parceria com a Entidade Concedente foram atribuídos tarifários especiais a 639 famílias carenciadas e a 47 famílias numerosas.

No quadro de compromissos assumidos para o ano de 2018 destacamos o foco na melhoria contínua do serviço comercial prestado ao cliente, que neste ano se focou no alargamento dos canais de cobrança e disponibilização de informação de documentos em dívida. Assim, a partir do mês de fevereiro de 2018, os clientes da Águas da Figueira, SA passaram a ter disponível o canal de pagamento CTT, alargando-se desta forma a rede de pagamentos a mais 2.300 estabelecimentos, presentes a nível nacional. No canal de pagamento Payshop foi desenvolvido um código de barras que agora permite a opção de dois valores a pagamento (fatura ou conta-cliente), tornando mais cómodo para o Cliente regularizar documentos em dívida.

Com a evolução das formas de contacto e de acordo com sugestões recebidas dos nossos Clientes, os meios SMS e e-mail assumem-se com particular relevância nesta aproximação ao Cliente. Assim, no âmbito da transparência da informação ao Cliente, além do envio por via postal dos avisos de corte por atraso no pagamento, foi efetuado o desenvolvimento de envio de um SMS por cada aviso de corte emitido para Clientes registados com contacto telemóvel, bem como o envio por e-mail de cópia do aviso de corte em formato digital para Clientes com adesão à fatura eletrónica.

O Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) entrou em vigor em 25 de maio de 2018. A Águas da Figueira, SA empenhada no respeito pela privacidade e confidencialidade dos dados dos seus Clientes adaptou os seus procedimentos a esta exigência legal e disponibilizou a sua Política de Privacidade e Proteção de Dados nos seus balcões de atendimento e na sua página da internet. Contemplou também uma nova versão das condições gerais de fornecimento do serviço que integram os novos contratos de fornecimento de água.

O esforço crescente e contínuo da organização em satisfazer as expectativas dos clientes e no sentido de a faturação traduzir a realidade dos seus consumos, durante o período em análise, a Águas da Figueira, SA manteve a prática de leitura dos contadores com periodicidade mensal a aproximadamente 97,1% dos contadores instalados e, uma vez mais, a estratégia permitiu alcançar excelentes resultados, caminhando de forma objetiva para as metas traçadas, traduzindo-se numa redução significativa da percentagem de perdas totais e do número de reclamações.

A equidade do serviço público, a salvaguarda da saúde pública e a estabilidade dos Contratos com os Clientes mantiveram-se como focos da atividade comercial, com o envolvimento de entidades públicas (ERSAR, CMFF, Delegação de Saúde, ARH Centro). Esta realidade foi materializada pelo planeamento e execução sistemática de 2740 ações de fiscalização a locais de abastecimento sem contrato de água ou que apresentam consumos anómalos. Nos casos que não cumpriam a regulamentação, foram tomadas as medidas previstas no regulamento, nomeadamente o envio de 120 notificações de obrigatoriedade de separação de redes privadas de água da rede pública, bem como de ligação à rede de saneamento.

Desenvolvendo a atividade na área ambiental, diariamente reforçamos o nosso compromisso para a sua sustentabilidade pelo que assumimos como desafios:

- ✓ Prevenção dos impactos ambientais;
- ✓ Gestão e valorização dos recursos;
- ✓ Adoção das melhores práticas disponíveis;
- ✓ Minimização da produção de resíduos e valorização de subprodutos;
- ✓ Inovação e desenvolvimento tecnológico;
- ✓ Gestão dos riscos relacionados com as alterações climáticas;

Outro vetor da Águas da Figueira, SA é a investigação, inovação e desenvolvimento compreendendo atividades conducentes à criação de novos serviços, à introdução de melhorias significativas em processos ou sistemas existentes e desta forma apresentar projetos com integração de tecnologias inovadoras.

Assim, nesta área importa salientar:

- ✓ A Águas da Figueira, SA aguarda a aprovação de um projeto, que candidatou ao Fundo Azul e que consiste na produção de biomassa (algas para incorporação na alimentação na aquacultura) a partir da utilização de efluente tratado da ETAR Urbana;
- ✓ No decurso do 2.º semestre, a Águas da Figueira, SA participou num projeto intitulado “Resíduos2Recursos: microbiotecnologia no futuro na reciclagem”, que consistiu em desenvolver um processo para a remoção do fósforo proveniente das lamas de ETAR, produzindo, numa fase posterior, um produto rico em fósforo utilizável na agricultura. O projeto desenvolvido em parceria com o Colégio São Teotónio e a Universidade de Coimbra, arrecadou o 2º lugar no concurso nacional “A Ciência na Escola”, dos cerca de 1300 projetos candidatados a nível nacional. Este projeto, promovido pela Fundação Ilídio Pinho, demonstra a constante preocupação com a recuperação de diversos produtos de forma equilibrada e numa lógica de reutilização a diversos níveis. Estes desafios têm, ainda, uma forte componente ambiental, uma vez que o fósforo é um elemento preponderante na incorporação de produtos fertilizantes na agricultura, cujas reservas tradicionais se encontram praticamente esgotadas. Neste sentido, a empresa mantém a parceria com a Universidade de Coimbra, como forma de dar continuidade ao projeto e com o objetivo de transformar as ETAR em unidades de recuperação de água, energia e fósforo, entre outros;
- ✓ Encontra-se ainda em curso um outro projeto de recuperação de gorduras, provenientes de ETAR, nomeadamente da ETAR de S. Pedro, sendo o objetivo principal a valorização das mesmas no setor da produção de biocombustíveis;
- ✓ Está igualmente em curso um projeto-piloto de “Telemetria”, ou seja, de telecontagem dos consumos de cada consumidor. Trata-se duma instalação de software que permite, ao pormenor, analisar o consumo e verificar perdas de consumo. O objetivo deste projeto é poder prestar um serviço inovador, com ganhos para a população e para as empresas, com a mais valia de ser um projeto desenvolvido com hardware e software criados por empresas locais.

No âmbito do envolvimento da empresa com a comunidade local, foi dada continuidade às atividades de comunicação e educação ambiental, sobretudo junto da comunidade escolar. Neste sentido destaca-se:

- ✓ a comemoração do Dia Mundial da Água e das Florestas, no dia 23 de março onde se pretendeu alertar os mais novos para a necessidade de preservar os recursos hídricos e as florestas. Esta iniciativa, que envolveu cerca de 840 crianças decorreu

simultaneamente no Centro de Artes e Espetáculos, no “Mercado da Água”, em que, através de jogos, experiências, teatro, ateliers e outras atividades, aprenderam e reforçaram os seus conhecimentos sobre o ciclo urbano da água e simultaneamente no lugar de Morros, Freguesia do Bom Sucesso, onde numa ação de reflorestação de uma zona muito afetada pelos incêndios do ano anterior, as crianças das escolas do 1º ciclo do concelho plantaram cerca de 700 pinheiros mansos;

- ✓ abertura de infraestruturas de tratamento de água e água residual a visitas de estudo no âmbito das quais foram acolhidos 250 indivíduos entre alunos, professores e visitantes;
- ✓ acolhimento de dois estágios de formação em contexto de trabalho, nas áreas da Eletrónica, Automação e Comando, com duração de 238 horas e Empreendedorismo e Gestão de Projetos, com duração de 595 horas.

Como confirmação do bom desempenho e dos compromissos assumidos de sustentabilidade ambiental, foi atribuído à Águas da Figueira, SA no final de 2018, o prémio do Expresso Caixa Top, de PME que mais se distinguiu no sector Água, Eletricidade e Gás, obtendo, assim, o reconhecimento pela eficiência e excelentes resultados do seu modelo de gestão.



ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Numa ótica de melhoria contínua e tendo como objetivo tornar a Empresa cada vez mais eficiente, durante o ano de 2018, a Águas da Figueira, SA deu continuidade a projetos que estrategicamente se revelaram importantes.

Gestão eficiente da rede de água - Zonas de Monitorização e Controlo

No decurso do ano de 2018 a Águas da Figueira, SA deu continuidade ao trabalho de controlo ativo de perdas, com o objetivo de reduzir o volume de água não faturada. Este trabalho, que utiliza a plataforma Neptune, incluiu a monitorização da água distribuída e faturada mensalmente bem como a análise dos caudais mínimos noturnos, por Zona de Monitorização e Controlo. Para além desta metodologia, mantiveram-se também as práticas de monitorização, medição, análise e avaliação necessários para assegurar resultados válidos, nomeadamente, a verificação dos equipamentos associados à medição de água.

A plataforma Neptune permitiu agilizar a intervenção da equipa de pesquisa ativa de fugas, uma vez que os alarmes estão disponíveis logo pela manhã, podendo desta forma a equipa ser mobilizada para os locais em causa.

Outra mais valia desta aplicação é o facto de os alarmes gerados serem analisados e poderem contribuir ou não para o histórico de consumos. De referir que existem zonas com grandes oscilações no padrão de consumo, de acordo com a época balnear e/ou eventos, que no futuro serão ajustados e deixarão de ser considerados como alarme, fazendo parte do padrão normal da zona.

No terreno, a equipa de deteção de fugas, teve como principais tarefas a pesquisa ativa de fugas:

- ✓ Nas ZMC que apresentavam perdas superiores a 20%;
- ✓ Nas zonas que apresentavam consumos anómalos;
- ✓ Em situações que suscitavam dúvidas, como faltas de pressão injustificadas, alterações ao padrão de consumo, entre outras.

As análises das ZMC conjuntamente com a pesquisa ativa de fugas têm permitido ao longo do tempo a diminuição do patamar de perdas, que se situou nos 18% no final de 2018.

Projeto de Avaliação da Eficiência e Sustentabilidade Energética nos Serviços Urbanos (AVALER)

Em dezembro de 2018, a Águas da Figueira, SA iniciou a sua participação no Projeto AVALER+ "Avaliação da Eficiência e Sustentabilidade Energética dos Serviços Urbanos de Águas", promovido pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, pelo Instituto Superior Técnico e financiado pelo Fundo de Apoio à Inovação.

Este projeto pretende estabelecer um quadro de referência claro, integrador e de aplicação simples para a avaliação do desempenho energético, apoio na tomada de decisão e monitorização do impacto de medidas de eficiência energética dos sistemas de abastecimento de água e sistemas de drenagem de águas residuais. Este projeto tem a duração de 3 anos, devendo demonstrar resultados durante o ano de 2021.

Programa para a Sustentabilidade dos Serviços de Águas e Gestão Eficiente dos Ativos (PENSA)

Em 2018 deu-se início ao programa PENSA (Programa para a Sustentabilidade dos Serviços de Águas e Gestão Eficiente dos Ativos), que pretende integrar a revisão e melhoria dos planos de Programa de Gestão Patrimonial de Infraestruturas, Programa de Gestão Perdas de Água e Energia e Gestão de Caudais Indevidos. Pretende igualmente sistematizar os procedimentos operacionais de Gestão Patrimonial de Infraestruturas existentes nas Entidades Gestoras, que integram o mesmo e adoção das melhores práticas existentes nos grupos a que pertence a Águas da Figueira, SA.

Gestão Operacional das Redes - Mobilidade

Ao longo do ano 2018, foram registadas 1850 ordens de trabalho associadas à rede de abastecimento de água, sendo que destas, 1835 foram resolvidas dentro do prazo previsto, o que representa uma taxa de eficácia na resolução de ordens de trabalho de 99%, refletindo a rápida resposta das equipas operacionais.

Reabilitação, Exploração e Manutenção das Infraestruturas de Água

No âmbito dos trabalhos de manutenção/conservação, a Águas da Figueira, SA procedeu à execução de várias intervenções no que respeita à reabilitação/reparação de infraestruturas de tratamento de água e reabilitação/ampliação de redes de abastecimento de água.

As principais motivações que conduziram à necessidade de reabilitação/reparação de infraestruturas de tratamento de água estão relacionadas com a idade dos edifícios e sua premente necessidade de manutenção assim como alterações na qualidade da água bruta que conduziram a alterações no processo. Relativamente às redes de abastecimento estão relacionadas com o número de roturas, a percentagem de perdas de água, os custos de reparação e à necessidade de melhoria das condições de pressão, caudal e qualidade. Neste sentido, destacam-se as intervenções mais relevantes:

Reabilitação do Filtro de Carvão nº 1 na ETA de Vila Verde: pintura e impermeabilização das paredes, reabilitação das lajes de fundo e respectivas juntas.

ETA de Carritos: limpeza e pintura interior das paredes e substituição integral dos leitos de brita calcária.

Rede do Bairro da Bela Vista – S. Julião: Reabilitação de 90 m de tubagem de água existente em FC 50 mm para PVC DN 90 mm PN 10 e ligação ao troço de conduta existente em FC 150 mm na Rua Ernesto Pedro Carvalho e Rua Manuel Joaquim Mendes. Foram reabilitados cerca de 5 ramais domiciliários e instalada uma boca de rega.

Reabilitação de Rede na Rua Dr. Marques Cadima, Gala – S. Pedro: No âmbito dos trabalhos de Ampliação e Beneficiação do Centro Escolar de S. Pedro (Jardim de Infância e 1.º Ciclo) e, tendo em consideração que as condições pretendidas para o abastecimento à referida edificação incluíam a instalação de dois marcos de incêndio, procedeu-se à substituição de 80 m da conduta de abastecimento existente em FC 60 mm para PVC DN 125 mm PN 10. Reabilitaram-se dois ramais domiciliários e executou-se um ramal novo de abastecimento ao Centro Escolar.



Reabilitação da Rede no Bairro Novo – Buarcos e S. Julião: No âmbito dos trabalhos de remodelação de um edifício existente, para adaptação a um Hotel de 2** e, tendo em consideração as condições pretendidas para o abastecimento à referida edificação e o facto da conduta de abastecimento pública ser centenária e em ferro fundido, procedeu-se à substituição da mesma. Assim, reabilitaram-se cerca de 70 m de tubagem de água existente em FF 75 mm para PEAD DN 125 mm PN 10, entre o cruzamento da Rua Cândido dos Reis com a Rua da Liberdade e o cruzamento com a Rua Bernardo Lopes, incluindo a ligação com a Rua Académico Zagalo (10 m em PEAD DN 90 mm PN10). Esta intervenção contemplou ainda a reabilitação de cerca de 10 ramais domiciliários, dos nós e a instalação de 1 boca de rega nova e válvulas de seccionamento.

Reabilitação de Redes Zona Baixa da Cidade – Buarcos e S. Julião: A Águas da Figueira, SA procedeu durante o primeiro semestre de 2018 à instalação de um by-pass provisório em cada arruamento, ao qual se encontravam ligados os vários ramais domiciliários de água existentes. No segundo semestre procedeu à reabilitação da rede de abastecimento de água na Rua das Parreiras (125 m) e na Rua dos Ciprestres (156 m), com a instalação de tubagem nova em PEAD DN 90 mm PN 10, substituindo-se a existente de ferro fundido. Na Rua da Oliveira foram reabilitados cerca de 90 m de conduta DN 50mm. No conjunto destas intervenções foram reabilitados 68 ramais domiciliários e reposicionadas 4 bocas de rega e válvulas de seccionamento.



Outras Intervenções



Dando continuidade aos trabalhos iniciados em 2017, foi reconhecida a necessidade de executar trabalhos de reabilitação de exteriores do edifício sede da empresa, bem como de promover a preservação do património arquitetónico, visando aumentar a vida útil do imóvel, melhorar a qualidade de vida dos seus utilizadores e implementar novas medidas de eficiência energética, nomeadamente ao nível da intervenção nas caixilharias.

Foram ainda privilegiadas outras questões de segurança do espaço público e imperativos legais de acessibilidade.

No final do ano foi realizada uma intervenção profunda no espaço destinado ao armazém da sede da Águas da Figueira, SA situado no rés do chão do edifício, tendo sido reparadas algumas fissuras nas paredes, regularizado o chão e pintadas todas as áreas. Após estas intervenções foram colocados no espaço novas estruturas metálicas para armazenamento dos materiais usualmente utilizados, facilitando uma regular movimentação de cargas com utilização do respetivo equipamento de porta paletes.



Gestão da Qualidade

Relativamente à gestão da qualidade e cumprindo o previsto na alínea a), do ponto 5, do art.º 8, do Dec. Lei 194/2009 de 20 de agosto e alínea b), do ponto 3, do art.º 91-A do Contrato de Concessão, importa salientar que a Auditoria Externa de Renovação/transição para a NP EN ISO 9001:2015, se realizou nos dias 26 e 27 de junho, tendo a Equipa Auditora da APCER recomendado a renovação e transição da certificação do SGQ, tendo em consideração o novo referencial NP EN ISO 9001:2015

No relatório emitido pela Equipa Auditora registaram-se as seguintes conclusões relativamente ao desempenho do sistema de gestão da qualidade:

- A organização tem vindo a desenvolver um conjunto de ações com vista a melhorar a qualidade do serviço que presta aos seus clientes, das quais se destacam a implementação da ferramenta Neptune para a gestão de perdas com pesquisa ativa de perdas e respetiva monitorização; reabilitação das EEAR de linha de costa; construção e entrada em serviço de nova captação otimizando todo o processo de tratamento de

água de abastecimento; redução de perdas através de melhoria do sistema de condutas;

- A organização demonstra capacidade de cumprir os resultados pretendidos e estabelecidos pela gestão. A empresa mantém um BSC e definiu um conjunto de objetivos de negócio relevantes e relacionados com os processos existentes e os indicadores do regulador;
- A organização evidenciou capacidade para fornecer produtos e serviços de acordo com os requisitos normativos, os requisitos dos Clientes e requisitos legais;
- A atividade da AdF é fortemente regulada por legislação e pelo regulador, pelo que parte dos requisitos de conformidade são dessa forma identificados;
- Não foram detetadas situações de incumprimento na qualidade da água fornecida;
- Relativamente ao saneamento, há alguns incumprimentos pontuais nas descargas associadas aos volumes e qualidade do efluente bruto, reportados pelo operador de exploração. Estas situações são acompanhadas e resolvidas.
- A Organização avalia ainda a conformidade do serviço prestado através da avaliação da satisfação de clientes realizada anualmente e pelas reclamações apresentadas pelos clientes.

A **avaliação da satisfação do cliente** foi realizada de forma direta através de inquéritos orientados para a obtenção de informação relativa ao produto e serviços prestados.

No decurso do ano de 2018, para além do habitual envio do referido inquérito aos clientes da Águas da Figueira, SA foi ainda disponibilizada, em ambos os balcões de atendimento ao público, a possibilidade de poderem apresentar diretamente, a sua opinião, sobre os serviços prestados pela Águas da Figueira, SA. Nesse sentido, poderão preencher o mesmo inquérito e deixar essa informação em local criado para o efeito.

Os critérios de escolha da amostra foram os habitualmente adotados:

- ✓ Maiores clientes;
- ✓ Clientes por freguesia e por escalão, para cada tipo de consumo (quando aplicável).

O Índice de Satisfação dos Clientes de 2018 teve uma ligeira diminuição face ao ano anterior (de 75,79% para 75,00%).

Do exposto, e comparando com o ano de 2017, verifica-se como menos positivo, com um índice de satisfação de 70%, “A Clareza na Resposta e a Simpatia”, no atendimento presencial, e no atendimento telefónico a “Rapidez no Atendimento da Chamada Telefónica”. Ligeiramente mais baixo, surge a avaliação da “Utilização para Beber” na Qualidade de Água para Consumo, com um índice de satisfação de 67%, registando-se na zona urbana, as respostas menos positivas. Em conformidade com os resultados obtidos e cruzando com outros dados técnicos, mormente idade das condutas, materiais e perdas nas ZMC, a zona que

obteve menor satisfação por parte do cliente será aquela que irá ser integrada no plano investimentos do próximo ano com substituição da rede de abastecimento.

Quanto à avaliação mais positiva, destacamos no atendimento presencial, com 75%, os itens “Tempo de Espera” e as “Condições da Sala de Atendimento ao Público”, o que reflete a perceção da profunda remodelação ocorrida na sala de atendimento ao público, realizada em (maio de 2017) e que contemplou uma nova disposição da sala de atendimento e a implementação de uma solução informática de gestão de filas com dispensador de senhas e painel de chamada.

Quanto à qualidade da água para consumo, surge com um índice de satisfação mais elevado, de 84%, na “Utilização de Água para Outros Fins”.

Relativamente à questão “Qualidade dos Serviços Prestados”, a classificação mais elevada é obtida na “Atitude Profissional e Pessoal”, com 82%.

No que diz respeito à Gestão de Reclamações, e conformidade com a legislação em vigor, a empresa coloca à disposição dos seus clientes várias formas de interação com os serviços, nomeadamente, contato presencial, correspondência (carta, fax), correio eletrónico e, desde o dia 1 de julho de 2017, na Plataforma Digital da responsabilidade da Imprensa Nacional Casa da Moeda e Direção Geral do Consumidor conforme Decreto Lei nº 74/2017, de 21 de junho, com acesso a partir do site da Águas da Figueira, SA.

As reclamações rececionadas, independentemente do seu objeto, são registadas na aplicação informática de registo de correspondência, recebendo um número de registo o qual é posteriormente utilizado na identificação da resposta ao cliente. Todas as reclamações em conformidade com a legislação em vigor são respondidas por escrito ao reclamante dentro do prazo regulamentar estabelecido.

Em 2018 foram contabilizadas 27 reclamações e em igual período de 2017 foram contabilizadas 35 verificando-se, assim, uma continuidade na diminuição de reclamações.

Continuamos a registar um inequívoco crescimento de confiança dos clientes na atividade comercial da Empresa, sobretudo pela maior transparência, maior equidade e justiça social dos serviços que são prestados aos clientes.

À semelhança do Plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas, o **Plano de Segurança da Água** constitui também, um dever da Entidade Gestora, conforme previsto na alínea c), do ponto 5, do art.º 8 e alínea c), do Dec. Lei 194/2009, de 20 de Agosto, e do ponto 3, do art.º 91-A do Contrato de Concessão.

Mantem-se em vigor a 3.ª edição do Plano de Segurança da Água, aprovado em Conselho de Administração em 22 de Julho de 2016. As alterações decorreram das revisões periódicas

previstas no plano e tiveram como critério a inclusão da Fonte Quente na identificação de perigos e avaliação de riscos relativa a esta nascente, conforme solicitado pela Concedente.

Tendo presente as alterações preconizadas no novo Decreto-Lei n.º 152/2017 de 7 de dezembro, a Águas da Figueira, SA irá, no âmbito do definido pela OMS e ERSAR, efetuar as alterações necessárias ao seu cumprimento, e rever o grau de risco assumido nos sistemas de abastecimento e na capacidade de resiliência face a problemas atuais e futuros, associados a alterações climáticas. Estas alterações, irão também incluir os resultados obtidos no plano de ação "Correção da Agressividade da Água de Abastecimento ao Sistema Urbano e Sul", a decorrer. Ainda e relativamente às restantes licenças continuamos a aguardar por parte da Agência Portuguesa do Ambiente a emissão das Licenças de Carritos, Várzea e Lavos.

Investimentos

O Plano Anual de Investimentos preconizado no Anexo I-B do 3º Aditamento ao Contrato de Concessão para o ano de 2018 no montante de 46 mil euros foi, à semelhança dos anos anteriores, ultrapassado após uma análise criteriosa das necessidades de intervenção nas infraestruturas de Água e Saneamento, tendo sido realizados em 2018 os seguintes investimentos em ativos reversíveis para a Concedente no final da Concessão:

Investimento em Ativos Intangíveis	2018
Rede Praia de Quiaios	114.403 €
Captação Braças	106.830 €
Remodelação ETAR S. Pedro	69.491 €
Equipamentos ETAR	40.823 €
Equipamentos Abastecimento	38.800 €
Rede Saneamento Ervidinho	10.720 €
Rede Abastecimento Ervidinho	5.280 €
TOTAL	386.346 €

No que diz respeito à intervenção na Rede da Praia de Quiaios, a mesma foi composta pela construção de um do poço de bombagem, montagem de quadro elétrico e sistema de elevação em poço seco para a elevação dos efluentes domésticos da urbanização da Torricentro e Hotel de Quiaios.

A intervenção realizada nas Captações das Braças passou pela conclusão de um furo de captação de água na ETA das Braças cuja perfuração foi efetuada até aos 285m. Após a limpeza



e desenvolvimento do furo foi efetuado o ensaio de caudal, que permitiu definir as condições de funcionamento da captação. Constatou-se que se descobriu um aquífero de excelente qualidade, confinado entre os 98 m e 206 m de profundidade, pelo que o caudal de exploração, por furo, nunca poderá ser muito elevado. Estes resultados

permitem-nos aferir que dispomos, nesta zona, de uma reserva estratégica para eventuais necessidades futuras. Paralelamente foram efetuadas obras de reabilitação da construção civil do edifício principal da ETA das Braças, casetas dos furos e câmara de manobras do reservatório.

De salientar ainda, pelo seu carácter inovador, que a Remodelação da Etar de S. Pedro integrou a montagem de um sistema DIP no Porto de Pesca que se situa nas imediações da referida ETAR, bem com a instalação de um novo órgão de tratamento físico-químico (flotador). O DIP tem como objetivo a separação dos efluentes das conserveiras da rede geral de drenagem do



Porto de Pesca e seu encaminhamento para o sistema de flotação, o qual através da injeção de microbolhas de ar separa no efluente industrial das conserveiras, os componente líquidos dos sólidos. Foram igualmente executados, no âmbito deste fornecimento, todos os trabalhos necessários ao seu funcionamento, nomeadamente, construção de laje térrea, ligações de energia e de água, ligação da conduta elevatória do sistema DIP.



Acresce ainda que no decurso do ano de 2018, em Gastos com Manutenção e Conservação (realizado por recurso a subcontratos ou realizado internamente), nos quais se incluem as Obras de Manutenção de Infraestruturas mencionadas nas páginas 14 a 16 foram despendidos cerca de 621 mil euros, valor que se encontra 104 mil euros acima do montante previsto no Caso Base para aquelas rubricas.

PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

Captação, Tratamento e Distribuição de Água

As captações utilizadas pela Empresa são de origem superficial (canal adutor do rio Mondego) e subterrânea (Furos das Braças, Lavos - cuja ETA se encontra fora de serviço desde fevereiro de 2010 - e Carritos).

O tratamento efetuado em cada uma das ETA tem como objetivo transformar a água bruta captada em água potável para consumo humano, em conformidade com as normas definidas na legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei nº 152/2017, de 7 de dezembro.

O tratamento da água é efetuado em três Estações de Tratamento:

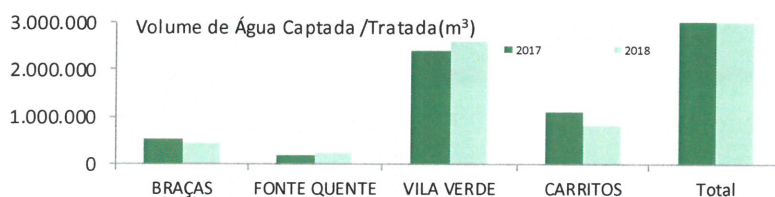
- ↳ ETA de Vila Verde, que trata exclusivamente água superficial;
- ↳ ETA das Braças e ETA de Carritos que tratam exclusivamente água subterrânea.

O volume total de água captada/tratada em 2018 foi de 4 162 071 m³ (4 280 637 m³ em 2017), o que representa um decréscimo de 2,8% face ao ano anterior. Esta diminuição decorre não só do decréscimo de água consumida, mas sobretudo corrobora a notável melhoria na eficiência no combate às fugas e perdas, que tem vindo a desenvolver-se nos últimos anos.

O volume total de água captada/tratada manteve a normal sazonalidade, o que confirma o aumento da população nos meses de verão. Assim, o 1º semestre apresenta o valor de 1 862 606 m³ de água captada tratada face a 2 299 465 m³ para o 2º semestre.

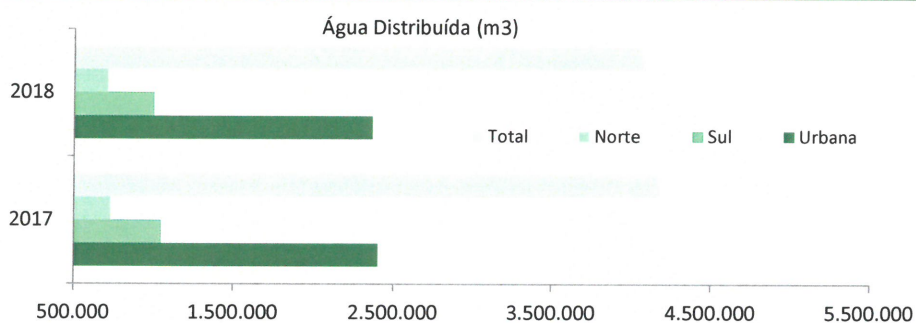
No quadro seguinte, e de uma forma genérica, apresentam-se os valores anuais de água captada/tratada por cada uma das origens de água.

ETA's	2017	2018	Variação 17/18	
	m ³	m ³	Quant.	%
BRAÇAS	533.473	455.933	(77.540)	-14,53%
FONTE QUENTE	199.738	253.223	53.485	26,78%
VILA VERDE	2.425.098	2.625.780	200.682	8,28%
CARRITOS	1.122.328	827.135	(295.193)	-26,30%
Total	4.280.637	4.162.071	(118.566)	-2,77%



O volume de água distribuída em 2018 cifrou-se nos 4 077 802 m³, revelando, em relação ao ano de 2017, um decréscimo de 2,6%, acompanhando a tendência já verificada para a água captada/tratada.

Zonas de Distribuição	2017	2018	Variação 17/18	
	m ³		Qtd.	%
Urbana	2.404.032	2.365.526	(38.506)	-1,60%
Sul	1.048.965	1.000.876	(48.089)	-4,58%
Norte	732.195	711.399	(20.796)	-2,84%
Total	4.185.193	4.077.802	(107.391)	-2,57%



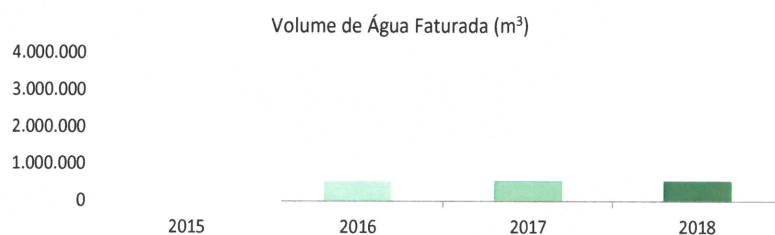
Conforme pode constatar-se no quadro abaixo o aumento da eficiência na operação das redes permitiu melhorar o nível de perdas totais, diminuindo o volume de água não faturada:

Perdas de Água	2017	2018	Variação 17/18
Perdas na Adução	2,23%	2,03%	-0,20%
Perdas Totais	18,42%	17,84%	-0,58%
Água não faturada (m ³)	788.573	742.618	-5,83%

ÁGUA FATURADA

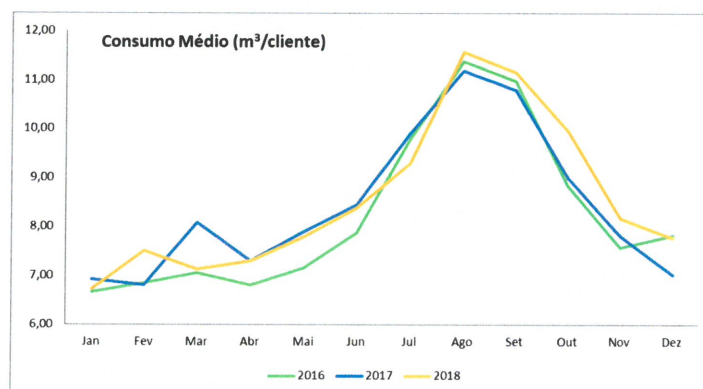
O volume de água faturada de 3 419 453 m³, representa um decréscimo de 2,1% face ao valor registado em 2017, como podemos observar no quadro seguinte.

Anos	2015	2016	2017	2018	Variação 17/18	
					Qtd.	%
Vol. Água Faturada	3.441.598	3.416.019	3.492.066	3.419.453	-72.613	-2,08%



Esta variação de volume faturado, verificou-se sobretudo no primeiro semestre do ano e esteve diretamente relacionada com a forte pluviosidade que se verificou no segundo trimestre deste ano quando comparada com a que fraca pluviosidade que se verificou em 2017, ano em que algumas regiões do país foram consideradas em seca severa ou extrema.

Conforme representado no gráfico seguinte o consumo médio de água apresenta uma tendência diretamente correlacionada com o consumo real dos clientes, com especial incidência no período estival. Para tal contribuiu o processo de leitura mensal a 97,1% dos contadores instalados, que corresponderam a 96,4% do volume de água faturado.



Evolução dos volumes de Água e Água Residual Faturados

Tendo em conta que o ano 2018 se revelou um ano normal ao nível da pluviosidade, verificou-se uma redução dos consumos Domésticos e das Autarquias, mormente associados a regas dos espaços verdes.

Água - Volume faturado (m ³)	2017	2018	Variação 17/18	
			Quant.	%
Domésticos	2.272.876	2.248.746	(24.130)	-1%
Não Domésticos	700.697	726.892	26.195	4%
Autarquias/IPSS	499.561	427.337	(72.224)	-14%
Consumos Próprios	18.932	16.374	(2.558)	-14%

Handwritten signature and initials in blue ink.

Cientes

Relativamente à distribuição dos contratos por tipo de cliente, regista-se um aumento do número de clientes domésticos, por angariação de novos clientes fruto das fiscalizações efetuadas a locais habitados e sem contrato de fornecimento de água.

Tipos Clientes	2017	2018	Variação 17/18	
			Quant.	%
Domésticos	36.626	36.843	217	0,59%
Com/Ind/Agric/Obras e Condomínio	3543	3599	56	1,58%
Estado	112	110	-2	-1,79%
Instituições	174	119	-55	-31,61%
Autarquia	488	486	-2	-0,41%
Consumos Próprios	21	21	0	0,00%
Total	40.964	41.178	214	0,5%

De destacar, que na sequência da aplicação do novo tarifário, no qual está prevista a existência de tarifas especiais, foram atribuídos tarifários especiais a 639 famílias carenciadas e a 47 famílias numerosas.

Movimentação de contadores

A caracterização da movimentação de contadores no ano 2018 comparativamente ao ano de 2017 resume-se no quadro seguinte.

Contadores	2017	2018	Variação 17/18	
	N.º Contadores		Quant.	%
Substituídos	3.140	5.003	1.863	59%
Rescisão	915	948	33	4%
Novos	1.320	1.172	-148	-11%



O aumento da movimentação de contadores por substituição resulta essencialmente do cumprimento da legislação em vigor, a qual implicou a Substituição Programada de 4371 equipamentos, bem como à substituição em zonas específicas do concelho de contadores por outros que permitem a acoplação de TCA, anteriormente referidos.

Ramais de água

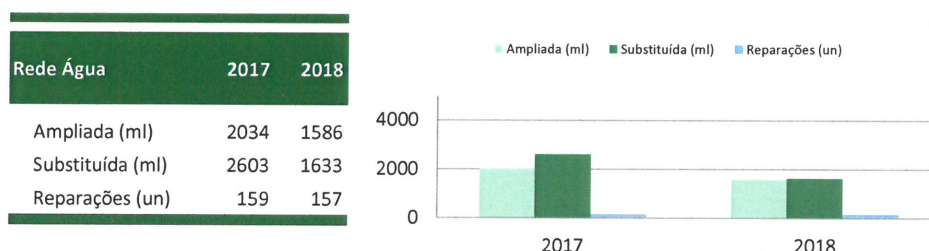
Foram executados 138 novos ramais de água e substituídos 890, quantidades que incluem os ramais substituídos/executados e inutilizados nas obras de Reabilitação das Redes de Abastecimento de Água.

Ramais Água	2017	2018	
Executados	128	138	Reparados
Substituídos	880	890	Substituídos
Reparados	587	612	Executados

0 200 400 600 800 1000

Obras de reparação e manutenção da rede

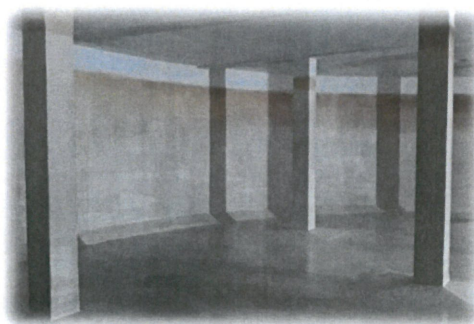
De uma forma sucinta, apresenta-se no quadro seguinte, o número total de intervenções de reparação e manutenção da rede de distribuição de água.



Limpeza e higienização dos órgãos de produção e distribuição de água

O rigoroso cumprimento do Programa de Controlo da Qualidade da Água, pressupõe que a montante sejam realizados, de uma forma criteriosa e programada, trabalhos de Higienização e Manutenção, dos órgãos de tratamento, reserva e transporte de água.

Nesse sentido para a garantia da qualidade da água distribuída, os reservatórios devem ser sujeitos a ações regulares de higienização, recorrendo a produtos adequados para estarem em contacto com água para consumo humano, com uma periodicidade adequada às características dos sistemas de abastecimento da água e das



condições da superfície em contacto com a água. Deverão ainda ser mantidas a sua integridade estrutural e sanitária, nesse sentido procede-se a inspeções regulares, aquando das higienizações, elaborando-se relatórios das ações desenvolvidas que permitirão fundamentar a eventual necessidade de intervenções.

Assim, durante o ano de 2018 foram realizadas limpezas nas ETA de Braças, Carritos e Vila Verde e na Captação da Fonte Quente. Estas intervenções incluíram a limpeza dos órgãos de tratamento das ETA, reservatórios e condutas de adução e distribuição.

Relativamente aos edifícios de reserva de água foram higienizados os Reservatórios de Marianas, Pincho, Quiaios, Murtinheira, Sto. Amaro, Brenha Baixo, Carniçosas, Alhadas de Baixo, Alhadas de Cima, Maiorca, Pinhal das Águas-Elevado, Alto do Forno, Monte Alto, Encarnação I, Encarnação II, Vais II, Serra da Boa Viagem, Vila Verde Baixo, Vila Verde Alto, Feteira, Salmanha, Gala, Paião, Pipelo, Portela, Marinha das Ondas, Armazéns e Bairro Alto.

RECOLHA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE EFLUENTES

Tratamento de Águas Residuais

O sistema de recolha, transporte e tratamento de efluentes, integra 480 km de rede de drenagem, 14 ETAR (5 construídas recentemente e 2 totalmente remodeladas) e ainda 151 estações elevatórias de águas residuais. Na sequência da renegociação do contrato com a Luságua em 2009, todos os trabalhos de exploração de todas as suas ETAR, EE e rede são executados pela Luságua, sendo a sua atividade acompanhada atentamente pela Águas da Figueira, SA, através de relatórios de atividade emitidos mensalmente pela Empresa contratada, com a informação dos caudais, dos resultados analíticos e respetiva análise, dos consumos e dosagens de produtos químicos, da produção de subprodutos e da manutenção e conservação efetuada, bem como as ações de manutenção e limpeza dos diversos sistemas de drenagem e EE. Este acompanhamento é também realizado através de reuniões de acompanhamento mensais. O volume de água residual tratada medida por caudalímetros em 2018 foi de 3 671 839 m³, 17% acima do valor registado no ano anterior (3 143 560 m³). Este aumento está diretamente associado ao nível de precipitação que se verificou ao longo de 2018.

Os volumes registados (medidos e estimados) por zonas e por cada uma das ETAR é apresentado no quadro seguinte.

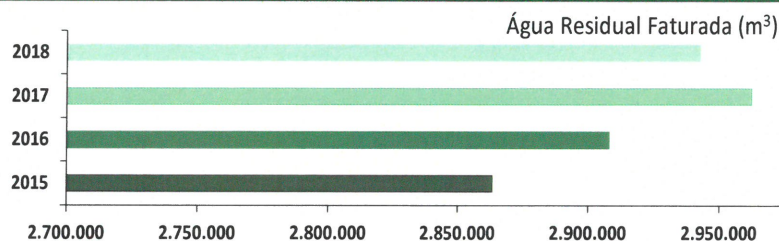
Zonas	ETAR	Vol. de Água Residual		Variação 17/18	
		2017	2018	Qtd.	%
Zona Urbana	Urbana	1.712.366	1.964.621	252.255	15%
	Alhadas	21.543	53.609	32.066	149%
	B. Sucesso	214.905	208.087	-6.818	-3%
	St.º Amaro Boiça	38.826	36.796	-2.030	-5%
Zona Norte	Brenha	24.990	50.898	25.908	104%
	Praia de Quiaios	198.151	220.712	22.561	11%
	Maiorca	168.898	158.019	-10.879	-6%
	Santana	63.604	99.257	35.653	56%
	C. Lavos	20.272	43.148	22.876	113%
Zona Sul	Lavos	267.539	290.483	22.944	9%
	ERSUC	64.434	124.108	59.674	93%
	Alqueidão (*)	37.644	58.735	21.091	56%
	S. Pedro	293.889	332.083	38.194	13%
	Borda do Campo	16.499	31.283	14.784	90%
Total Global		3.143.560	3.671.839	528.279	17%

(*) Valores estimados até final de Outubro

Água Residual Faturada

O volume de água residual faturada foi de 2 942 773 m³. A evolução do volume de água residual faturada desde 2015 seguiu a distribuição que consta no quadro seguinte.

Água Residual Faturada (m ³)	2015	2016	2017	2018	Variação 17/18	
					Qtd.	%
Total	2.863.647	2.908.066	2.962.520	2.942.773	-19.747	-0,67%

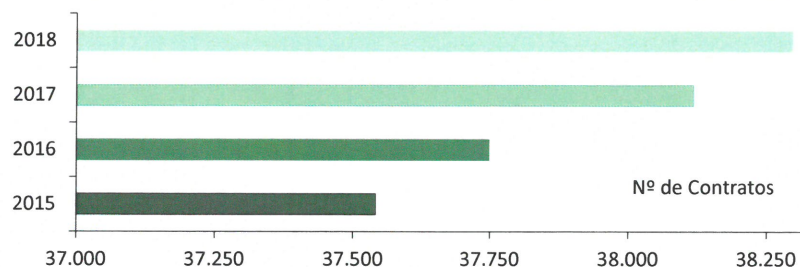


Tendo em conta a relação proporcional e de interdependência funcional existente entre a água consumida da rede pública e a água residual rejeitada pelos clientes, a redução do volume de efluentes faturados no ano de 2018 acompanhou a redução dos caudais de água faturados. Para este facto, além do volume de água faturada, contribuiu igualmente o volume de água residual drenada verificado em grandes clientes Não Domésticos (indústrias).

Clientes

O número de contratos com Tarifa de Saneamento acompanha o crescimento do número de clientes de água, alcançando no final do ano de 2018 o número de 38 298, mais 117 do que no ano transato. A angariação de novos clientes e a manutenção de contratos, anteriormente liquidados após a época estival, são os principais motivos que contribuem para este aumento do número de clientes de saneamento.

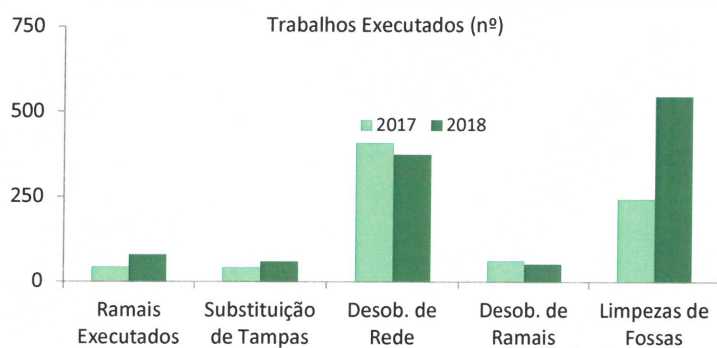
Anos	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 17/18	
						Quant.	%
Contratos (un)	37.384	37.542	37.749	38.117	38.298	181	0,5%



Gestão da Rede da Recolha e Transporte de Efluentes

As principais atividades de exploração e manutenção desenvolvidas foram as indicadas no quadro seguinte:

Trabalhos executados (nº)	2017	2018
Ramais Executados	44	80
Substituição de Tampas	43	60
Desob. de Rede	409	374
Desob. de Ramais	63	52
Limpezas de Fossas	244	546

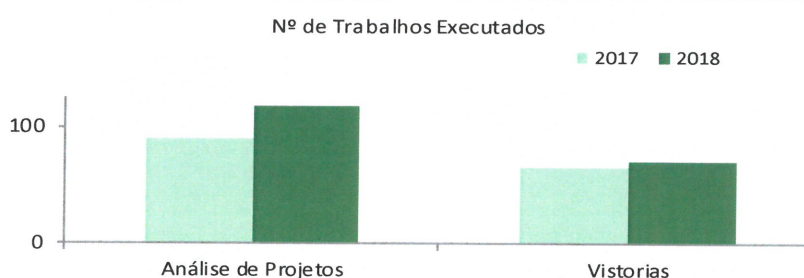


ÁREAS DE SUPORTE

Apreciação de Projetos e Vistorias

A Águas da Figueira, SA desenvolveu igualmente todo o trabalho de análise, apreciação e aprovação de projetos de moradias, edifícios e loteamentos. A evolução destes trabalhos de 2017 para 2018 encontra-se no quadro seguinte:

Trab. Executados (n.º)	2017	2018
Análise de Projetos	91	119
Vistorias	66	71



Controlo da Qualidade do Produto

Qualidade da Água

O Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano foi elaborado com base no previsto pelo Decreto-Lei n.º 306/07 de 27 de Agosto, e de acordo com os pressupostos exigidos pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), Entidade que deliberou a sua aprovação em 14/12/2017 através do ofício ERSAR/O – 0010731/2017.

A execução do Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano é efetuada por um Laboratório Independente e Acreditado, Laboratório Luságua – Gestão de Águas, S.A.

Também no seguimento dos anos anteriores, todas as determinações foram realizadas no total cumprimento das disposições legais, nomeadamente no que se refere a parâmetros, frequência de amostragem e análise, e métodos analíticos. Trata-se de 155 pontos de amostragem distribuídos pelos Sistemas Urbano, Norte e Sul, sendo que 18 são de controlo operacional. De realçar que os referidos pontos de amostragem se localizam na torneira do consumidor, preferencialmente em locais públicos como pastelarias, cafés, centros de saúde,

lar de idosos e escolas, e os de controlo operacional nas instalações de tratamento de água e reservatórios.

Os resultados obtidos evidenciam que a água fornecida está em conformidade com as normas de qualidade estabelecidas no Decreto-Lei nº 152/2017, de 7 de Dezembro. Quanto às não conformidades detetadas, foram tomadas medidas corretivas e realizadas análises de verificação para despiste do resultado obtido. Toda a informação relativa a cada processo foi transmitida à Autoridade de Saúde (AS), ERSAR e Entidade Concedente.



As boas práticas, o cumprimento do número de análises agendadas e dos valores paramétricos permitiu uma vez mais à Águas da Figueira, SA receber o “Selo de Qualidade de Água para Consumo Humano 2018”.

Controlo Operacional

O controlo operacional tem como objetivo fundamental verificar o nível de qualidade da água para consumo humano em toda a extensão do sistema de abastecimento (desde a captação até à torneira do consumidor) e detetar atempadamente possíveis anomalias, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas eficazes. Este controlo do processo é efetuado com o auxílio de equipamentos instalados em linha e também por realização de análises expeditas.

Qualidade dos Efluentes

As análises das águas residuais das ETAR são realizadas pelo mesmo Laboratório Acreditado Luságua - Gestão de Águas, SA.

Os resultados do controlo analítico efetuados em cada Estação de Tratamento de Águas Residuais correspondem ao controlo analítico efetuado ao efluente bruto, ao efluente final após tratamento e às lamas produzidas.

Pelos resultados obtidos, a generalidade das ETAR teve uma eficiência de tratamento bastante elevada. Contudo, na ETAR de Maiorca verificaram-se dois incumprimentos no parâmetro SST que resultaram do aumento pontual dos caudais afluentes na sequência de pluviosidade intensa local, situação também verificada na ETAR de Alqueidão onde ocorreu um incumprimento nos parâmetros SST, CBO5 e CQO. Quanto à ETAR da Leirosa verificaram-se dois incumprimentos no parâmetro SST, e um no CBO5 e CQO que se deveu a uma avaria no sistema de arejamento que condicionou o doseamento de oxigénio para o tratamento biológico, facto que culminou na aquisição de um novo equipamento.

Relativamente à ETAR de S. Pedro os incumprimentos observados estiveram relacionados com as alterações no processo de admissão de efluentes e tratamento dos mesmos atrás referidos, situação que ficou ultrapassada após conclusão da instalação do Flotador.

Segurança e Saúde no Trabalho

A consciência de que um ambiente seguro e saudável, fator determinante para a satisfação das várias partes interessadas, conduz ao compromisso da Águas da Figueira, SA numa gestão eficaz da segurança e saúde no trabalho. A importância que a empresa atribui a este tema ultrapassa o cumprimento dos imperativos legais e está evidenciada na sua política de segurança.

Para melhor gerir este objetivo estratégico, a empresa adotou um Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho baseado na norma portuguesa NP 4397:2008.

O plano de segurança no trabalho concretiza-se através dum vasto conjunto de iniciativas que visam prevenir lesões e problemas de saúde relacionadas ao trabalho e proporcionar um local de trabalho seguro e saudável, das quais se destacam:

- ✓ Identificar perigos, avaliar riscos e oportunidades;
- ✓ Investigar o incidente, determinar as causas do incidente ou da não conformidade;
- ✓ Implementar processos de comunicação, consulta e participação dos colaboradores;
- ✓ Determinar necessidades de formação, e estabelecer ações de formação e sensibilização;
- ✓ Planear e realizar um programa de acompanhamento das equipas e locais de trabalho.

Neste sentido, no decurso de 2018 foram ministradas as seguintes ações de formação:

Designação da Ações	Colaboradores e Prest Serv Envolvidos	Nº de Ações Realizadas	Duração (horas)
Ferramenta Aquafield – Procedimento de utilização e funcionamento de Equipamentos	19	1	3
Ergonomia – Trabalho com equipamentos dotados de visor	18	5	10
Procedimentos de Segurança – Riscos elétricos, medidas de prevenção e proteção	1	1	3
Acolhimento – Organização, regras e normas aplicáveis na Águas da Figueira SA	6	2	20

Para além da formação acima referida foi concretizado um programa composto por sessões de diversos formatos no sentido de promover o bem-estar e a saúde, bem como a melhoria da qualidade de vida. Os temas desenvolvidos foram diversos e transversais, conforme se pode verificar no quadro da página seguinte.

Tema

Divulgação de conceitos e números de incidentes com lesão - Atualização dos dados refª ao ano de 2017

Economia Circular em geotecnia ambiental

Sinalização de trabalhos na via pública – sinalização necessária – quantidades mínimas

Divulgação da análise de resultados da consulta aos colaboradores 2017

Divulgação do relatório de atividades SST - 2017

Comunicado DGS – Surto de Sarampo Região Norte

Divulgação de conceitos e Número de Incidentes com Lesão - Atualização dos dados refª 1º trimestre 2018

“Só há uma forma de construir o sucesso: com segurança”, 28 de Abril Dia Nacional da Prevenção e Segurança no Trabalho

Ficha de Procedimentos de Segurança nº 34 – Andaime de Pés Móveis

Riscos Cardiovasculares

A importância de uma alimentação saudável

Divulgação de conceitos e Número de Incidentes com Lesão - Atualização dos dados refª 1º semestre 2018

Divulgação do relatório de atividades SST – 1º Semestre 2018

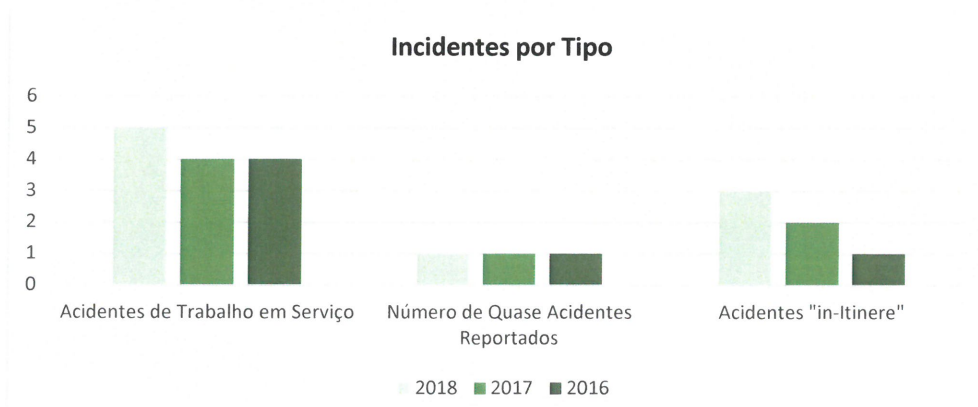
Divulgação da nova versão do procedimento nº 9 – Utilização de medidores de gases

Procedimentos – Acidente de Trabalho

Divulgação de conceitos e Número de Incidentes com Lesão - Atualização dos dados refª 3º trimestre 2018

Análise de Acidentes /Quase Acidentes de Trabalho

Conforme se pode analisar no gráfico seguinte, ocorreram em 2018 nove incidentes, dos quais cinco acidentes em serviço, três acidentes “In-Itinere” e um quase acidente.



Comparando com o ano de 2017, verifica-se uma estabilidade do número de acidentes de trabalho. O quadro seguinte reflete os resultados:

	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Acidentes de Trabalho	4	4	5
Número de Acidentes com Baixa	3	3	5
Dias de Trabalho Perdidos *	68	106	193

(*) Contados a partir do dia seguinte ao acidente e não inclui os Acidentes "In Itinere"

Evolução dos Índices de Sinistralidade

Relativamente aos indicadores de sinistralidade, o aumento dos dias perdidos provoca o aumento do Índice de Gravidade.

	2016	2017	2018
IF – Índice de Frequência ($N.^{\circ}\text{Acidentes Total}/N.^{\circ}\text{Horas trabalhadas} \times 100\,000$)	22	22	22
IG – Índice de Gravidade ($N.^{\circ}\text{Dias Perdidos}/N.^{\circ}\text{Horas trabalhadas} \times 100\,000$)	372	585	1061
II – Índice de Incidência ($N.^{\circ}\text{Acidentes}/N.^{\circ}\text{Total de Trabalhadores} \times 1000$)	42	41	52

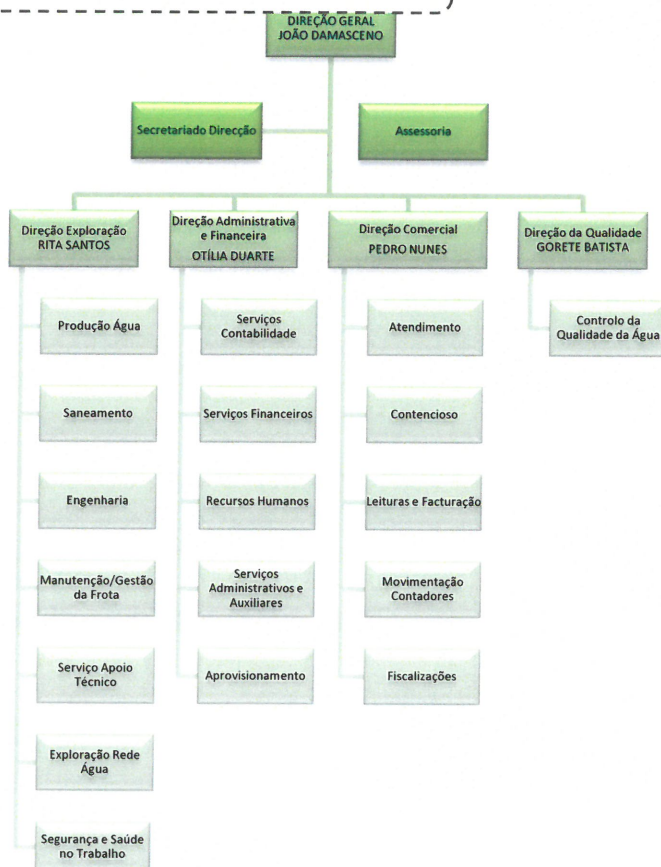
Nota: Não inclui os Acidentes "In Itinere"

RECURSOS HUMANOS

O número total de trabalhadores da Águas da Figueira, SA é, à data de 31 de Dezembro, de 97, sendo 59 em regime de cedência por interesse público e 38 do quadro da Águas da Figueira, SA. Durante o ano de 2018 registou-se a saída de quatro colaboradores, um dos quais em regime de cedência por interesse público que se aposentou e três em regime de contrato individual de trabalho. No quadro da Águas da Figueira, SA verificaram-se ainda três admissões com contratos individuais de trabalho. O número total de colaboradores a 31 de Dezembro de 2018 reparte-se entre 69 homens e 27 mulheres.

Colaboradores	2018	2017	Varição
Nº colaboradores em Regime de Cedência por Interesse Público	59	60	-1
Nº colaboradores com Contrato Individual de Trabalho	38	38	0
Total	97	98	-1

Organograma Águas da Figueira, SA

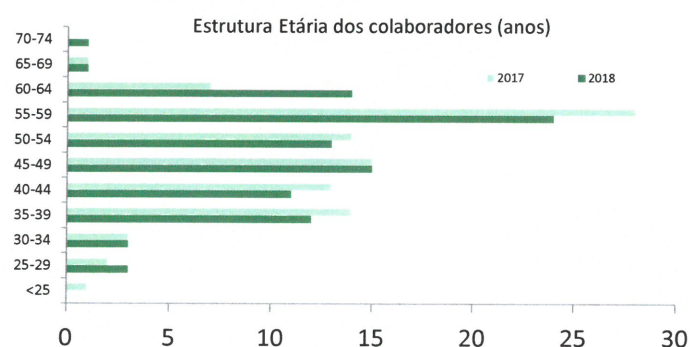


A afetação dos colaboradores por área de atividade segue a distribuição constante no quadro seguinte:

ÁREAS	2018 N.º Colaboradores	2017	Variação 18/17
Direção Geral	1	1	0
Apoio à Administração	2	2	0
Direção Administrativa e Financeira	9	10	-1
Direção Comercial	23	24	-1
Direção de Exploração	61	60	1
Direção Qualidade	1	1	0
Total	97	98	-1

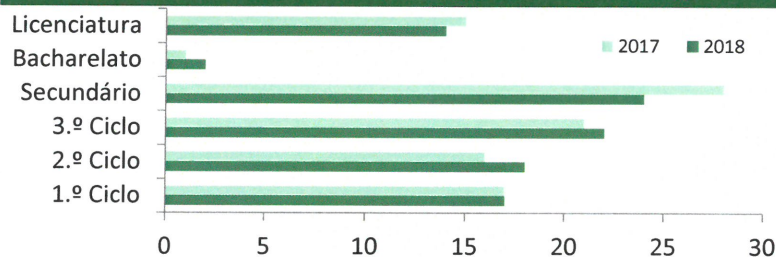
O nível médio etário dos efetivos é de 50 anos, sendo 46 anos no sexo feminino e 51 anos no sexo masculino.

Estrutura Etária	2018 N.º Colaboradores	2017	Variação 18/17
<25	0	1	-1
25-29	3	2	1
30-34	3	3	0
35-39	12	14	-2
40-44	11	13	-2
45-49	15	15	0
50-54	13	14	-1
55-59	24	28	-4
60-64	14	7	7
65-69	1	1	0
70-74	1	0	1
Total	97	98	-1
Idade Média	50	49	1



A maioria dos trabalhadores detêm a escolaridade obrigatória exigível para a sua idade, sendo que 59% do total de colaboradores tem a escolaridade obrigatória atual - 9 anos de escolaridade. Possuem formação superior (bacharelato e licenciatura) 16% dos colaboradores.

Níveis de Qualificação	2018 N.º Colaboradores	2017	Varição 18/17
1.º Ciclo	17	17	0
2.º Ciclo	18	16	2
3.º Ciclo	22	21	1
Secundário	24	28	-4
Bacharelato	2	1	1
Licenciatura	14	15	-1
Total	97	98	-1



Conforme se pode confirmar no quadro abaixo, verificou-se uma redução do absentismo entre 2017 e 2018 de 43%. Tal facto está associado sobretudo à redução dos dias perdidos por doença, assim como à redução dos dias por Licença Parental. As faltas por Doença, bem como as ocorridas na sequência de Acidentes em Serviço continuam a constituir as principais causas de absentismo.

Absentismo	2018	2017	Varição 18/17	
	Dias		Qtd.	%
Doença	1090	1587	(497)	-46%
Assistência Familiares	28	30	(2)	-7%
Injustificada	2	8	(6)	-300%
Acidente de Serviço (inclui in itinere)	254	286	(32)	-13%
Actividade Sindical	30	16	14	47%
Compensação de Horas	49	45	4	8%
Casamento	0	13	(13)	-
Internamento	8	15	(7)	-88%
Falecimento Familiar	17	25	(8)	-47%
Greve	10	10	0	0%
Licença Parental	20	114	(94)	-470%
Trabalhador Estudante	2	6	(4)	-200%
Total	1510	2155	-645	-43%

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise económica e financeira que se apresenta sintetiza os resultados alcançados pela Águas da Figueira, SA no exercício de 2018, bem como a sua situação patrimonial e financeira no final do mesmo ano.

Situação Económica

Demonstração de Resultados (euro)			
	2018	2017	Δ 18/17
Vendas e Serviços prestados	12.312.351	12.437.547	-1%
Subsídios à exploração	14.167	8.136	74%
Trabalhos para a própria entidade	461.996	186.494	148%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(164.453)	(181.636)	-9%
Fornecimentos e serviços externos	(4.856.657)	(4.416.562)	10%
Gastos com o pessoal	(2.140.788)	(1.990.790)	8%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(39.172)	(76.735)	-49%
Provisões	(37.078)	0	-
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	285	918	-69%
Outros rendimentos	85.492	56.812	50%
Outros gastos	(64.667)	(52.111)	24%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	5.571.476	5.972.073	-7%
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	(2.757.448)	(2.784.296)	-1%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	2.814.028	3.187.777	-12%
Juros e rendimentos similares obtidos	15.841	17.382	-9%
Juros e gastos similares suportados	(370.148)	(379.735)	-3%
Resultado antes de impostos	2.459.722	2.825.425	-13%
Imposto sobre o rendimento do período	(604.159)	(690.323)	-12%
Resultado líquido do período	1.855.563	2.135.101	-13%

Resultado líquido: O resultado líquido da Águas da Figueira, SA atingiu 1.855,6 mil euros no final de 2018.

Rendimentos operacionais: Os rendimentos operacionais ascenderam a 12.874,0 mil euros, valor superior ao ano anterior (12.689,0 mil euros).

Estrutura de Rendimentos Operacionais (euro)			
	2018	2017	Δ 18/17
Tarifa Volumétrica de Água	4.050.140	4.154.130	-3%
Tarifa de saneamento	2.895.856	2.903.862	0%
Tarifa disponibilidade	5.013.388	4.930.448	2%
Ramais de ligação (Água e saneamento)	8.060	49.208	-84%
Outras Prestações de Serviços	344.907	399.899	-14%
Trabalhos para a própria empresa	461.996	186.494	148%
Subsídios à exploração	14.167	8.136	74%
Outros rendimentos e ganhos	85.492	56.812	50%
Total	12.874.006	12.688.989	1%

Gastos operacionais: Os gastos operacionais de 10.060,0 mil euros, registaram um acréscimo de 6% face ao ano anterior. Esta evolução foi determinada essencialmente pelo aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos e dos Gastos com Pessoal.

Estrutura de Gastos Operacionais		(euro)	
	2018	2017	Δ 18/17
Custo das matérias consumidas	164.453	181.636	-9%
Fornecimentos e serviços	4.856.657	4.416.562	10%
Subcontratos	2.345.601	1.922.098	22%
Energia e Fluidos	436.970	452.508	-3%
Rendas e alugueres	158.087	150.073	5%
Comunicações	26.805	27.481	-2%
Conservação e reparação	338.482	390.064	-13%
Trabalhos especializados	1.199.666	1.180.833	2%
Outros fornecimentos e serviços	351.046	293.504	20%
Gastos com pessoal	2.140.788	1.990.790	8%
Perdas por Imparidade	38.887	75.817	-49%
Provisões do Período	37.078	0	-
Outros Gastos e Perdas	64.667	52.111	24%
Depreciações e Amortizações	2.757.448	2.784.296	-1%
Total	10.059.978	9.501.212	6%

Gastos com pessoal: Os gastos com pessoal atingiram em 2018, o valor de 2.140,8 mil euros. As rubricas mais importantes desta natureza de gasto são as remunerações e respetivos encargos sociais, que totalizaram 1.452,7 mil euros e 360,8 mil euros, respetivamente. O acréscimo da rubrica de remunerações está associada à atualização de remunerações sobretudo dos colaboradores em regime de cedência por interesse público, uma vez que em 2018 foram descongeladas as progressões de carreiras. De destacar ainda o aumento das rubricas de Indemnizações, associada à cessação de 3 contratos de trabalho, e de Formação, associado à execução do Plano Candidatado ao IEPF em 2017 e deferido no final do mesmo ano.

Estrutura de Gastos com Pessoal		(euro)	
	2018	2017	Δ 18/17
Remunerações	1.452.676	1.377.043	5%
Subsídio Refeição	150.569	148.067	2%
Horas Extras	34.901	30.065	16%
Pensões	512	516	-1%
Encargos Com Pessoal	360.758	341.963	5%
Ação Social	41.615	35.000	19%
Custos Com Formação	10.608	1.622	554%
Seguros	48.685	45.475	7%
Outros Custos	21.835	10.371	111%
Indemnizações	18.629	668	2687%
Total	2.140.788	1.990.790	8%

Resultado financeiro: O resultado financeiro totalizou 354,3 mil euros negativos.

Resultados financeiros (milhares de euros)



Esta alteração prende-se essencialmente com a amortização de capital realizada, bem como com a variação da taxa de juro Euribor a 6 meses indexante do financiamento bancário obtido.

Resultados financeiros		(euro)	
	2018	2017	Δ 18/17
Juros e outros rendimentos similares	15.841	17.382	-8,9%
Juros Obtidos	15.839	17.382	-8,9%
Outros rendimentos similares	2	0	-
Gastos e Perdas de Financiamento	370.148	379.735	2,5%
Juros Suportados	273.610	312.119	12,3%
Outros gastos e perdas de financiamento	96.537	67.616	-42,8%
Resultados financeiros	(354.306)	(362.353)	2,2%

Balanço e estrutura patrimonial

BALANÇO		(euro)	
	2018	2017	Δ 18/17
Ativo			
<u>ATIVO NÃO CORRENTE</u>			
Ativos fixos tangíveis	429.308	446.664	-3,9%
Ativos intangíveis	27.466.406	29.775.487	-7,8%
Ativos em curso	176.250	39.063	351,2%
Ativos por impostos diferidos	3.267	0	-
<u>ATIVO CORRENTE</u>			
Inventários	64.971	70.682	-8,1%
Clientes	2.063.047	2.188.805	-5,7%
Adiantamento a Fornecedores	6.412	0	-
Estado e outros entes públicos	5.359	0	-
Outros créditos a receber	28.732	27.150	5,8%
Diferimentos	19.327	74.990	-74,2%
Caixa e depósitos bancários	686.847	3.319.969	-79,3%
Total do ativo	30.949.926	35.942.811	-13,9%
Capital próprio	17.379.402	15.523.839	12,0%
Passivo	13.570.524	20.418.972	-33,5%
<u>PASSIVO NÃO CORRENTE</u>			
Provisões	37.078	0	#DIV/0!
Financiamentos obtidos	7.443.348	10.936.200	-31,9%
Outras dívidas a pagar	3.397.003	3.705.424	-8,3%
<u>PASSIVO CORRENTE</u>			
Provisões			
Fornecedores	1.140.002	1.163.335	-2,0%
Fornecedores de Investimento	102.908	23.283	342,0%
Adiantamento de clientes	4.342	6.178	-29,7%
Estado e outros entes públicos	574.678	564.113	1,9%
Financiamentos obtidos	0	3.227.653	-100,0%
Outras dívidas a pagar	871.165	792.787	9,9%
Total do capital próprio e do passivo	30.949.926	35.942.811	-13,9%

Ativo: O ativo totalizou 30.949,9 mil euros em 31 de dezembro de 2018, evidenciando uma variação de -13,9% face aos 35.942,8 mil euros de 31 de dezembro de 2017.

Ativo não corrente: Os ativos fixos tangíveis, intangíveis e em curso cifraram-se em 28.072,0 mil euros, a que corresponde um decréscimo de 7,23% face aos 30.261,2 mil euros de 2017. Esta redução resulta essencialmente das Amortizações do Exercício.

Ativo Corrente: O ativo corrente atingiu 2.874,7 mil euros, registando uma redução 2.806,9 mil euros face ao valor registado em 31 de dezembro de 2017, para o que contribuíram essencialmente:

- ↳ A redução de 2.633,1 mil euros de Caixa e Depósitos Bancários;
- ↳ A redução de 125,8 mil euros do saldo de Clientes;

Capital próprio: O capital próprio atingiu o valor de 17.379,4 mil euros em 31 de dezembro de 2018. Este aumento resulta do Resultado Líquido do Exercício;

Passivo: O passivo totalizou 13.570,5 mil euros em 31 de dezembro de 2018, evidenciando uma redução de 33,5% face ao ano anterior (20.419,0 mil euros), devido a:

- ↳ Reembolso integral do empréstimo bancário de longo prazo no montante de 6.447,0 mil euros;
- ↳ Redução de 305,0 mil euros no montante em dívida à Concedente relativo a Retribuição à Concedente;
- ↳ Redução de 269,4 mil euros no Financiamento de Participantes de capital, com liquidação de 669,4 mil euros de juros de financiamento e aumento de Suprimentos em 400 mil euros;
- ↳ Aumento de 79,6 euros relativos a Fornecedores de Investimento;
- ↳ Aumento de 78,4 mil euros em outras dívidas a pagar, mormente devido a Credores por Acréscimo de Gastos
- ↳ Aumento de valores em dívida ao Estado, no montante de 10,6 mil euros;

De salientar que se encontram registados em Financiamentos Obtidos, relativamente Suprimentos de acionistas, o montante de 4.908,8 mil euros de capital em dívida.

Relativamente à retribuição à Concedente e de acordo com o plano de pagamentos definido no artº 69º do Contrato de Concessão, o valor a liquidar até ao final da Concessão, registado a preços correntes, ascende a 3.761,5 mil euros.

Principais indicadores

Indicadores Financeiros	2018	2017
Liquidez geral	1,067	0,983
Solvabilidade	1,281	0,760
Autonomia financeira	0,562	0,432
Rácio de Endividamento	0,385	0,485

O indicador de Liquidez Geral evoluiu positivamente este ano uma vez que a redução do Ativo Corrente foi inferior à diminuição Passivo Corrente, fortemente influenciada pela Amortização Antecipada da totalidade do capital em dívida do Empréstimo Bancário. Os indicadores de solvabilidade e autonomia financeira continuam, tal como nos últimos anos, a registar melhorias significativas como consequência dos Resultados Líquidos positivos, os quais alcançaram em 2018 os 1.855,6 mil euros. A liquidação do Financiamento Bancário contribuiu para a melhoria do Rácio de Endividamento

Relativamente à evolução dos indicadores económicos mais relevantes da atividade encontram-se expressos no quadro seguinte:

Indicadores Económicos	2018	2017
EBITDA (1)	5.571.476	5.972.073
Margem EBITDA	0,433	0,471
Rendibilidade das vendas e serviços prestados	0,151	0,172
Rentabilidade do activo total	0,060	0,059
Rentabilidade capitais próprios	0,107	0,138

(1) EBITDA = Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos.

A redução do EBITDA está associada a uma quebra no volume de negócios, bem como ao aumento das rubricas de FSE e Gastos com Pessoal já referidas anteriormente. Por outro lado, o Resultado Líquido de 2018 superior a 1,8 milhões de euros aliado aos resultados positivos dos últimos anos tornam cada vez menor o valor relativo desta rubrica no total dos Capitais Próprios.

Tendo em conta o número de efetivos, os indicadores de produtividade continuam a demonstrar efeitos positivos na *performance* da Empresa.

Produtividade	2018	2017
Número de Colaboradores a 31/12	97	98
Número de clientes por efetivo	422	414
Número de efetivos por 1000 ligações	2	2
Ativo líquido por efetivo	319.071	366.763
VAB / efetivo	79.763	81.655
Vendas e prestação de serviços por efetivo	126.931	126.914

Seguros

Durante o exercício de 2018 a Águas da Figueira, SA manteve a carteira de seguros que cobre a generalidade dos riscos em que incorre no desenvolvimento da sua atividade, nomeadamente de responsabilidade civil e ambiental, acidentes de trabalho, multiriscos industriais e administrativos, frota automóvel e seguro de saúde e vida para os colaboradores, cujo gastos se detalha no quadro seguinte:

Seguros	2018	2017
Responsabilidade Civil	13.083	13.424
Multi-riscos	30.417	28.969
Frota Automóvel	16.268	15.510
Acidentes de trabalho	22.502	21.040
Saúde	17.827	16.594
Vida	8.356	7.841
Responsabilidade Ambiental	2.817	3.580
Total	111.271	106.958

OUTRAS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Refere-se que o valor do Capital Próprio, no final do exercício de 2018, não se encontra em incumprimento do artº 35º do Código das Sociedades Comerciais.

De acordo com o descrito do artº 66º do Código das Sociedades Comerciais divulga-se o seguinte:

- Não existem quaisquer contratos estabelecidos entre a Águas da Figueira, SA e os seus administradores;
- De forma a dar cumprimento ao artº 273º do Código das Sociedades Comerciais, foram em 2016 transmitidas duas ações, pelo que a distribuição do capital subscrito era, no final do período, a seguinte:

Participação no capital subscrito	%	Ações	Valor Nominal (€)	Capital social
AGS	50%	149.999	5	749.995
AQUAPOR	50%	149.998	5	749.990
Water Value - Serviços Ambientais, SA		1	5	5
Luságua, Serviços Ambientais, SA		1	5	5
Amplimóveis		1	5	5
Total	100%	300.000	5	1.500.000

- Considerando os recursos hídricos existentes no concelho, não é previsível que a Empresa se encontre perante risco de escassez de água que inviabilize a prestação de serviço público no decurso do próximo ano;
- Relativamente a matérias ambientais e independentemente da forma que se revista – quer se tratem de medidas de correção que se prendem com problemas ambientais específicos ou de medidas mais transversais - a Águas da Figueira, SA tem por objetivo garantir a adoção de práticas ambientais que visem a preservação da biodiversidade, pelo que, em 2018 foi realizado um esforço no sentido de impulsionar as novas tendências na gestão de resíduos que se baseiam em:
 - ✓ Utilização de reagentes químicos para remoção de nutrientes na água residual tratada da ETAR Urbana, nomeadamente o cloreto férrico para remoção do fósforo total, sua incorporação nas lamas produzidas nesta instalação de tratamento e posterior valorização agrícola;
 - ✓ Redução da produção de resíduos ou aumento da sua reutilização em obra;
 - ✓ Incorporação de materiais reutilizados em obra;
 - ✓ Acondicionamento e triagem dos resíduos de construção e demolição (RCD);
 - ✓ Separação dos diversos tipos de resíduos de acordo com a respetiva tipologia e encaminhamento adequado;
 - ✓ Utilização de RCD processados com vista à sua integração de matéria prima;
 - ✓ Desenvolvimento de novos materiais;

- ✓ No âmbito da proteção das águas subterrâneas, a Águas da Figueira, SA tem ainda em curso o processo de licenciamento das captações de água de Carritos, Várzea e Lavos, com a finalidade de preservar os aquíferos condicionando ou interditando atividades ou instalações em função do risco de poluição da água e da natureza dos terrenos envolventes. Relativamente à licença da nascente da Fonte Quente continuamos a aguardar resposta ao pedido de licenciamento formulado junto da APA (Agência Portuguesa do Ambiente). Atualmente e desde 2012, já se encontram licenciadas as captações da ETA das Braças e a Captação do Canal do Mondego.

Dando cumprimento ao artº 21º do DL 411/91 e ao artº 2º do DL 534/80, divulga-se que os valores em dívida à Segurança Social e Estado não se encontravam em mora, à data de 31 de dezembro de 2018, os quais foram liquidados nos prazos legais.

Após 31 de dezembro de 2018 não se verificaram quaisquer acontecimentos subsequentes relevantes, que requeiram ajustamentos às Demonstrações Financeiras.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da legislação em vigor, o Conselho de Administração propõe que do Resultado Líquido do Exercício de 2018, no montante de 1.855.563 euros, sejam distribuídos da seguinte forma:

- 1.500.000 euros de dividendos;
- 355.563 euros para a conta de Resultados Transitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, o Conselho de Administração quer reafirmar o seu profundo reconhecimento e agradecimento a todos aqueles que de uma forma direta ou indireta colaboraram na prossecução dos objetivos da Empresa, nomeadamente:

- ↪ aos seus Acionistas pelas orientações recebidas e pelo importante acompanhamento e apoio inestimável que sempre prestaram;
- ↪ ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e restantes membros da Mesa, pela colaboração e apoio dado;
- ↪ ao Fiscal Único, pela colaboração sempre dispensada;
- ↪ a todos os colaboradores da Empresa, pela competência e dedicação sempre evidenciadas;
- ↪ a colaboração dos seus clientes para os quais procuramos prestar sempre um serviço melhor;
- ↪ o apoio das instituições financeiras, em especial à Caixa BI, Caixa Geral de Depósitos e ao BPI;
- ↪ à Entidade Reguladora pelo apoio no decurso da atividade;
- ↪ à Câmara Municipal da Figueira da Foz, especialmente ao Senhor Presidente, Dr. João Ataíde que mais diretamente colaborou com a Empresa;

Figueira da Foz, 25 de Março de 2019

O Conselho de Administração,

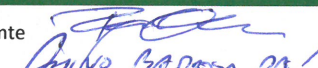
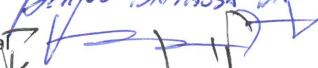
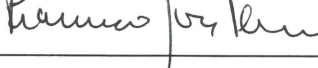
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Entidade: Águas da Figueira, SA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e Serviços prestados	5	12.312.351	12.437.547
Subsídios à exploração	6	14.167	8.136
Trabalhos para a própria entidade	7	461.996	186.494
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-164.453	-181.636
Fornecimentos e serviços externos	9	-4.856.657	-4.416.562
Gastos com o pessoal	10	-2.140.788	-1.990.790
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	8	285	918
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	-39.172	-76.735
Provisões (aumentos/reduções)	26	-37.078	0
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	11	85.492	56.812
Outros gastos	12	-64.667	-52.111
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.571.476	5.972.073
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	16,17	-2.757.448	-2.784.296
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.814.028	3.187.777
Juros e rendimentos similares obtidos	13	15.841	17.382
Juros e gastos similares suportados	14	-370.148	-379.735
Resultado antes de impostos		2.459.722	2.825.425
Imposto sobre o rendimento do período	15	-604.159	-690.323
Resultado líquido do período		1.855.563	2.135.101
Resultado por ação básico		6,19	7,12

O CONTABILISTA CERTIFICADO	O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Luís Vieira 	Paulo Jorge Almeida Oliveira, Presidente 
A DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	Altino Barbosa da Conceição, Vogal 
Maria Otília Duarte 	Fausto Manuel Melo de Oliveira, Vogal 
	Francisco José Pereira Morais, Vogal 

Entidade: Águas da Figueira, SA

BALANÇO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(euro)

ATIVO	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	16	429.308	446.664
Ativos intangíveis	17	27.466.406	29.775.487
Investimentos em curso	17	176.250	39.063
Ativos por impostos diferidos	15	3.267	0
Total Ativo não corrente		28.075.230	30.261.215
ATIVO CORRENTE			
Inventários	8	64.971	70.682
Clientes	18	2.063.047	2.188.805
Adiantamento a Fornecedores	25	6.412	0
Estado e outros entes públicos	19	5.359	0
Outros créditos a receber	20	28.732	27.150
Diferimentos	21	19.327	74.990
Caixa e depósitos bancários	4	686.847	3.319.969
Total Ativo corrente		2.874.695	5.681.597
TOTAL DO ATIVO		30.949.926	35.942.811

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Subscrito	22	1.500.000	1.500.000
Outros instrumentos de capital próprio	22	4.704.015	4.704.015
Reservas legais	22	300.000	300.000
Resultados transitados	22	9.019.824	6.884.723
		15.523.839	13.388.738
Resultado líquido do período		1.855.563	2.135.101
Total do capital próprio		17.379.402	15.523.839
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	26	37.078	0
Financiamentos obtidos	23	7.443.348	10.936.200
Outras dívidas a pagar	24	3.397.003	3.705.424
Total Passivo não corrente		10.877.429	14.641.624
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	25	1.140.002	1.163.335
Fornecedores de Investimento	25	102.908	23.283
Adiantamento de Clientes	18	4.342	6.178
Estado e outros entes públicos	19	574.678	564.113
Financiamentos obtidos	23	0	3.227.653
Outras dívidas a pagar	24	871.165	792.787
Total Passivo corrente		2.693.095	5.777.349
TOTAL DO PASSIVO		13.570.524	20.418.972
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		30.949.926	35.942.811

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Luís Vieira


A DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Maria Otília Duarte

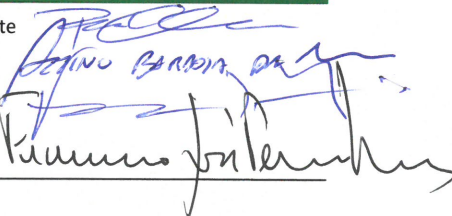

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Jorge Almeida Oliveira, Presidente

Altino Barbosa da Conceição, Vogal

Fausto Manuel Melo de Oliveira, Vogal

Francisco José Pereira Morais, Vogal



Entidade: Águas da Figueira, SA
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Euro)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		15.461.550	14.889.519
Pagamentos a fornecedores		-7.728.052	-8.901.667
Pagamentos ao pessoal		-1.991.026	-1.886.765
Caixa gerada pelas operações		5.742.472	4.101.087
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-655.615	-785.116
Outros recebimentos/pagamentos		-725.864	-470.315
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		4.360.993	2.845.656
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		0	0
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		400.000	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		1.673.485	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-6.447.000	-3.223.500
Juros e gastos similares		-947.115	-380.930
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			9.779
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-5.320.630	-3.594.651
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-959.637	-748.995
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.646.484	2.395.479
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	686.847	1.646.484

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Luís Vieira

A DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Maria Otília Duarte

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Jorge Almeida Oliveira, Presidente

Altino Barbosa da Conceição, Vogal

Fausto Manuel Melo de Oliveira, Vogal

Francisco José Pereira Morais, Vogal



ÁGUAS DA FIGUEIRA, SA

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2017

Demonstração (Individual) das Alterações no Capital Próprio no Período 2017												
Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da Empresa-mãe										Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de reavaliação	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
1	Posição no início do período 2017	1.500.000	0	4.704.015	0	300.000	0	4.624.128	0	0	2.260.595	13.388.738
2	Alterações no período											
	Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
	Alterações de políticas contabilísticas											
	Ajustamentos por impostos diferidos											
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
3	Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis											
	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio											
4	Resultado líquido do período									2.135.101	2.135.101	2.135.101
5-3+4	Resultado integral									2.135.101	2.135.101	
	Operações com detentores de capital no período									2.135.101	2.135.101	
	Realizações de capital											
	Realizações de prémios de emissão											
6	Distribuições											
	Entradas para cobertura de perdas											
	Outras operações											
7	Aplicação de resultados											
	Constituição da Reserva legal									0		
	Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados							2.260.595		-2.260.595	0	
		0	0	0	0	0	0	2.260.595	0	-2.260.595	13.388.738	13.388.738
Posição no fim do período 2017		1.500.000	0	4.704.015	0	300.000	0	6.884.723	0	0	2.135.101	15.523.839

Relatório e Contas 2018



ÁGUAS DA FIGUEIRA, SA

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2018

NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da Empresa-mãe										Total do Capital Próprio
	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de reavaliação	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
7	1.500.000	0	4.704.015	0	300.000	0	6.884.723	0	0	2.135.101	15.523.839
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio											
8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9											
10-8+9											
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										1.855.563	1.855.563
RESULTADO INTEGRAL										1.855.563	1.855.563
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Realizações de capital											
Realizações de prémios de emissão											
Distribuições											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
11											
APLICAÇÃO DE RESULTADOS											
Constituição da Reserva legal										0	
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados							2.135.101			-2.135.101	
12	0	0	0	0	0	0	2.135.101	0	0	-2.135.101	0
13=7+8+9+11+12	1.500.000	0	4.704.015	0	300.000	0	9.019.824	0	0	1.855.563	17.379.402

Relatório e Contas 2018

ANEXO

Este anexo da Águas da Figueira, SA foi elaborado de acordo com as disposições mencionadas no Sistema de Normalização Contabilística, nomeadamente a divulgação das bases de preparação e políticas adotadas e divulgações exigidas pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

As Notas que se seguem correspondem apenas às divulgações exigidas relativamente às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro aplicáveis.

Salienta-se ainda que as Demonstrações Financeiras bem como os valores constantes neste anexo se encontram expressas em euros, arredondado de acordo com o método comum ou seja, até 0,50 euros arredondado para baixo e acima de 0,50 euros inclusive arredondado para cima.

Nota 1 - Identificação da Entidade

A Águas da Figueira, SA é uma sociedade anónima constituída em 18 de fevereiro de 1999, cujo objeto social consiste na gestão e exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água e de recolha, transporte e tratamento dos efluentes domésticos do Concelho da Figueira da Foz.

A sede social da Empresa situa-se na Rua Dr. Mendes Pinheiro, 3080-032 Figueira da Foz.

Para o cumprimento do seu objeto social, a Águas da Figueira, SA celebrou um Contrato de Concessão com a Câmara Municipal da Figueira da Foz em 29 de março de 1999, com a duração de 25 anos.

A 7 de dezembro de 2004, foi assinado o segundo aditamento ao Contrato de Concessão, cujas principais alterações foram:

- ↳ Contratualização de um novo plano de investimentos, no valor global de 52 milhões euros, incluindo investimentos em redes de água e saneamento, equipamentos, investimentos de substituição e outros; parte deste plano de investimentos é objeto de comparticipação da Câmara Municipal da Figueira da Foz;
- ↳ Prolongamento da Concessão por mais cinco anos, passando a duração do Contrato de Concessão para 30 anos;
- ↳ Alteração da modalidade de financiamento de “corporate finance” para “project finance”, o que implicou a assinatura de um contrato de financiamento entre a Águas da Figueira, SA, a CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ e um sindicato bancário;
- ↳ O valor previsto, no contrato inicial, na rubrica retribuição a pagar à Concedente mantém-se inalterado;

- ↳ A reposição do equilíbrio financeiro da Concessão, passou pela reestruturação da tarifa de saneamento por escalões e por aumentos extraordinários do tarifário;
- ↳ No final do contrato todo este conjunto de bens, bem como, todos os investimentos realizados de acordo com o plano global de investimentos reverterá para a Concedente, razão pela qual se consideram os investimentos efetuados como ativos intangíveis, uma vez que a Empresa detém apenas o direito de exploração e não a posse dos mesmos.



Em 20 de Agosto de 2012 foi assinado o 3º Aditamento ao Contrato de Concessão cujas principais alterações foram:

- ✓ A redução do Plano de Investimentos estabelecido em 2004, tendo em conta que a Empresa já cumpria as metas estabelecidas no PEAASAR II relativamente à cobertura em termos de rede de Abastecimento e rede de Drenagem de Águas Residuais;
- ✓ Adequação aos diplomas legais que foram entrando em vigor após a última renegociação, nomeadamente o DL 194/2009, Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, DL 209/2009, de 3 de Setembro e recomendações tarifárias emitidas pela Entidade Reguladora;
- ✓ Reposição do equilíbrio financeiro da Concessão, tendo em conta a quebra de caudais faturados que se vinha a verificar nos últimos anos; esta reposição passou pela alteração tarifária, redução do Plano de Investimentos e da Retribuição à Concedente até ao final da Concessão;

A captação de água é efetuada a partir de origens superficiais e subterrâneas. Após a captação, a água é tratada em Estações de Tratamento e encaminhada para a rede de distribuição. As águas residuais recolhidas são encaminhadas para tratamento nas ETAR para que sejam devidamente tratadas antes de encaminhadas para o meio ambiente.

Pelos serviços prestados, a Empresa fatura mensalmente aos seus clientes duas tarifas fixas de Água e Saneamento – Tarifa de Disponibilidade – em função do tipo de cliente e calibre do contador instalado assim como Tarifas Volumétricas de Água e Saneamento, em função do consumo registado pelos contadores. A Empresa presta ainda outros serviços, nomeadamente Limpeza de Fossas, Desobstrução de Ramais, Apreciação de Projetos e Construção de Ramais de Ligação.

No Contrato de Concessão inicial e nos aditamentos subsequentes, a Águas da Figueira, SA assumiu a realização de um conjunto de infraestruturas que reverterão para a Concedente no final da Concessão. De acordo com o 2º Aditamento ao Contrato de Concessão datado de 4 de dezembro de 2004, o valor dos investimentos intangíveis reversíveis foi até 2011 participado pela Câmara Municipal, tendo sido o valor remanescente suportado pela

Empresa. O 3º Aditamento alterou esta cláusula contratual, pelo que todos os investimentos realizados a partir desta data serão totalmente suportados pela Águas da Figueira, SA.

A 31 de Dezembro de 2018, o Capital Social da Empresa é repartido por dois acionistas, conforme quadro seguinte:

Nome da Empresa-mãe	% Capital Detido	Sede Social
A.G.S.- Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, SA	50%	Lagoas Park Edifício 6 – Piso 0 A 2740-244 Porto Salvo
Aquapor - Serviços, SA	50%	Avenida Marechal Gomes da Costa, 33 – 1º A 1800-255 Lisboa

Nota 2 - Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos definidos no Sistema de Normalização Contabilística no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo. Supletivamente foi aplicada a IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços e SIC 29 – Divulgações – Acordos de Concessão de Serviços, uma vez que a Entidade Concedente mantém a propriedade das infraestruturas e regulamenta os serviços ao nível do preço praticado, cabendo à Águas da Figueira, SA o direito de utilização das infraestruturas na prestação do serviço público de abastecimento de água e recolha e tratamento de águas residuais.

As demonstrações financeiras preparadas respeitam as características da Compreensibilidade, Relevância, Materialidade, Fiabilidade, Representação Fidedigna, Substância sobre a forma, Neutralidade, Prudência, Plenitude e Comparabilidade e proporcionam aos utentes uma imagem verdadeira e apropriada, na medida em que transmitem informação útil acerca da posição financeira, das alterações desta e dos resultados das operações.

Não se registou qualquer derrogação das disposições do SNC por forma a que as demonstrações financeiras traduzam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Águas da Figueira, SA.

Nota 3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a Empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC, alteradas pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho;
- As NCRF em vigor na presente data;
- IFRIC 12 e SIC 29.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na captação, prestação de serviços ou para uso administrativo são reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. O custo de um ativo fixo tangível é reconhecido quando é provável que gere fluxos económicos para a Empresa e quando é fiavelmente mensurado.

A Empresa adotou o custo considerado na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis em referência a 1 de janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF), nos termos da isenção permitida pela NCRF 3 – Adoção pela Primeira vez das NCRF.

Os Ativos Fixos Tangíveis são registados ao valor de custo e amortizados linearmente pelo método duodecimal pela vida útil. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

A vida útil destes ativos difere de acordo com a tabela seguinte:

Anos de vida útil	2018/2017
Equipamento Básico	
Ferramentas	4 - 8
Contadores	8
Microgeração	10
Outros	8
Equipamento de Transporte	4 - 8
Equipamento Administrativo	3 - 10
Outros Ativos fixos Tangíveis	7 - 8

Os contadores, por uma questão de gestão, operação, controlo e manutenção encontram-se registados em ativos tangíveis.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizados no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) será incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo vier a ser desreconhecido.

São igualmente reconhecidos como Ativos Tangíveis os bens em regime de locação financeira nos termos da NCRF 9 – Locações.

b) Ativos Intangíveis

A Empresa dispõe, desde 1999, de um conjunto de bens imóveis (direito) que integravam o sistema de abastecimento de água e de saneamento na data da sua entrada em funcionamento, do qual resultava o pagamento escalonado de € 23.443.502 ao longo do período da Concessão, à Câmara Municipal da Figueira da Foz. Este valor foi alterado com o 3º aditamento ao Contrato de Concessão para € 15.939.801 e é atualizado anualmente pela aplicação do fator de revisão previsto no Contrato de Concessão.

O Contrato de Concessão não obriga a efetuar quaisquer substituições programadas de infraestruturas para além das registadas nas demonstrações financeiras da Empresa.

Os restantes ativos intangíveis correspondem ao direito, líquidos da comparticipação efetuada pela Concedente. Os ativos são registados ao custo de aquisição acrescidos dos gastos financeiros ocorridos durante a sua elaboração, deduzidos da respetiva comparticipação da Concedente.

Foram ainda reconhecidos em ativos intangíveis os gastos iniciais da Concessão, assim como os relacionados com as renegociações realizadas em 2004 e 2012.

A manutenção e reparação do ativo afeto à Concessão é da responsabilidade da Empresa durante o período de vida do Contrato de Concessão, sendo contabilizadas em gastos no exercício em que ocorrem.

Todos os ativos intangíveis têm vida útil finita sendo as mesmas definidas desde a sua disponibilização para exploração até ao final do Contrato de Concessão.

Por se entender que estes bens estão diretamente ligados ao desempenho da Empresa, as amortizações são calculadas numa base duodecimal pelo método das unidades de produção, ou seja, os caudais de água faturada servem de base para o cálculo das amortizações. O caudal anual corresponde ao peso que tem o volume de água faturada no ano face ao volume total que se estima faturar até ao final da Concessão, tendo essa estimativa por base as taxas de crescimento anuais preconizadas no Modelo Económico Caso Base de 2012, aplicadas a partir do caudal que se orçamentou faturar para o próximo ano.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

As taxas de depreciação seguem a distribuição constante do quadro da página seguinte.

Ano	Taxa de depreciação	Ano	Taxa de depreciação
1999	2,38%	2009	3,88%
2000	2,62%	2010	3,94%
2001	2,63%	2011	4,09%
2002	2,94%	2012	5,21%
2003	3,18%	2013	5,28%
2004	3,43%	2014	5,47%
2005	3,48%	2015	6,13%
2006	3,38%	2016	6,55%
2007	3,46%	2017	8,10%
2008	3,66%	2018	8,73%

c) Investimentos em curso

Os custos de construção das infraestruturas são registados na rubrica de investimento em curso, durante o decorrer da obra.

d) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

O imposto sobre o rendimento é apurado tendo em consideração as disposições do IRC (Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas), sendo efetuada a distinção, entre impostos correntes e impostos diferidos, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos apenas são reconhecidos na medida em que se considere provável a sua recuperação no futuro.

Os prejuízos fiscais até 2009 são reportáveis durante um período de seis anos, após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 2010 e 2011 o reporte só poderia ser efetuado nos quatro anos seguintes. Em 2012 e 2013 o prazo para reporte de prejuízos fiscais passou para 5 anos, com limitação de 75% do lucro tributável e a partir de 2014 para 12 anos, com limitação a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

I. Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos são calculados e avaliados anualmente, utilizando as taxas de tributação que se esperam estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, e são

registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Os ativos por impostos diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente aos quais a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e;
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

II. Imposto sobre o Rendimento

A Empresa encontra-se atualmente sujeita a impostos sobre os lucros em sede de IRC (Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas), à taxa de 21%, acrescida da derrama à taxa de 1,5% e derrama estadual à taxa de 3% para o Lucro Tributável superior a 1,5 Milhões de euros. Esta fórmula de cálculo dá origem a uma taxa de imposto efetiva de 23,7% para 2018 e 23,9% para 2017.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). O Conselho de Administração da Águas da Figueira, SA entende que eventuais contingências fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a Empresa.

e) Inventários e Custo das Matérias Consumidas

O Inventário, na forma de materiais e bens de consumo a serem consumidos no processo de captação de água ou na prestação de serviços, está mensurado ao custo de aquisição (preço de compra). Em termos de fórmula de custeio o critério praticado é o CMP - Custo Médio Ponderado. Os materiais cuja rotação é superior a 1 ano correspondem a peças suplentes necessárias para efetuar reparações em infraestruturas com maior antiguidade e executadas com materiais mais específicos.

f) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas pelo justo valor da retribuição a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

A imparidade é determinada com base taxas mencionadas no nº 2 do artº 28º-B do Código de IRC e ajustada à mora da dívida.

g) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

h) Outros Créditos a Receber

O valor incluído nesta rubrica corresponde essencialmente a devedores por acréscimo de rendimentos, os quais correspondem ao valor reconhecido em Rendimentos e Ganhos pelo justo valor da retribuição.

i) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de seis meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo.

j) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

k) Rubricas dos Capitais Próprios**I. Capital Subscrito**

O capital social encontra-se totalmente realizado à data das demonstrações financeiras.

II. Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta rubrica inclui Prestações Acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das Prestações Suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 213 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o total do Capital Próprio não ficar inferior à soma do Capital e da Reserva Legal (art.º 32 do CSC).

III. Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC)

l) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo.

São também reconhecidos nesta rubrica os valores respeitantes a juros de suprimentos devidos aos Acionistas e não liquidados.

O reconhecimento em não corrente ou corrente decorre da sua maturidade.

m) Outras Dívidas a Pagar

A conta da Câmara Municipal da Figueira da Foz respeitante a Retribuição à Concedente relativa a rendas futuras com prazo superior a 1 ano encontra-se registada ao custo atualizado de acordo com o fator de revisão previsto no Contrato de Concessão.

As restantes contas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

n) Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas ao custo.

o) Prestação de Serviços

As Prestações de Serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos concedidos.

O reconhecimento do rédito das prestações de serviços relacionadas com a Tarifa Volumétrica de Água corresponde aos consumos de água estimados para o período em causa. Esta estimativa resulta do facto das leituras dos contadores instalados nos pontos de consumo não serem todas realizadas no último dia de cada mês, mas sim ao longo de todos os dias do mês para cerca de 97,1% dos clientes; para os restantes clientes, a leitura foi, em 2018, realizada de dois em dois meses. Assim, para cada mês é reconhecido como rédito o valor faturado, deduzido do acréscimo do mês anterior, e acrescido do consumo para os dias que medeiam o final de cada mês e a data da última fatura. Esta estimativa é efetuada tendo por base o consumo médio para os últimos 30 dias de consumo medido e aplica-se também no caso da Tarifa Volumétrica de Saneamento.

O reconhecimento do rédito da Tarifa de Disponibilidade de Água e Saneamento é feito com base na faturação da tarifa e no acréscimo de dias que ficaram por faturar relativamente ao mês em causa. As restantes prestações de serviços são reconhecidas pela faturação das mesmas, que ocorre no momento da prestação.

p) Trabalhos para própria Entidade

São reconhecidos todos os gastos com a elaboração dos bens reversíveis (direito).

A fase de acabamento dos contratos de construção é determinada pela elaboração periódica de Autos de Medição de trabalhos que servem de base à faturação apresentada.

q) Fornecimento e Serviços Externos

São registados em FSE todos os valores debitados por terceiros referentes à construção dos bens reversíveis.

r) Juros e Gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros bancários;
- Juros de Suprimentos.

Os gastos financeiros de financiamentos obtidos relacionados com a elaboração de ativos intangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes custos começa após o início da preparação das atividades de elaboração do ativo e é interrompida com o final da execução do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Não existem outras políticas contabilísticas de relevo para além das mencionadas anteriormente.

3.3. Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis

A vida útil de um ativo tangível é o período durante o qual uma Entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por Empresas dos setores em que a Empresa opera.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

Não foram aplicados quaisquer pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte), pelo facto de não ser aplicável.

3.5. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

a) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco.

3.6. Erros de períodos anteriores

Em 2018 não foram detetados erros de períodos anteriores.



Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa

A 31 de dezembro os valores relativos a Caixa e equivalentes de caixa encontravam-se distribuídos da seguinte forma:

Caixa e equivalentes de caixa	2018	2017
Caixa	389	2.450
Depósitos à Ordem	686.458	1.644.034
Depósitos a Prazo	0	0
Total	686.847	1.646.484

A reconciliação com a respetiva rubrica de Balanço é evidenciada no quadro seguinte:

Reconciliação de caixa e seus equivalentes com Balanço	2018	2017
Caixa e Equivalentes de caixa	686.847	1.646.484
Reserva do Serviço da Dívida	0	1.673.485
Total	686.847	3.319.969

Na sequência da amortização antecipada da totalidade do capital em dívida em 7 de Dezembro de 2018, a conta da Reserva do Serviço da Dívida, que correspondia à provisão do montante a pagar ao banco durante o próximo período de vencimento relativamente ao Financiamento Obtido, passou a ter saldo nulo no final do exercício.

Nota 5 - Prestações de Serviços

As políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento do rédito encontram-se descritos na alínea n) do ponto 3.1.

O detalhe das Prestações de Serviços encontra-se no quadro seguinte:

Prestações de Serviços	2018	2017
Tarifa Volumétrica de Água	4.050.140	4.154.130
Tarifa de Disponibilidade - água	2.723.149	2.678.251
Tarifa de Disponibilidade - saneamento	2.290.239	2.252.197
Tarifa Volumétrica de Saneamento	2.895.856	2.903.862
Ramais de Ligação Água	6.063	12.985
Ramais de Ligação de Saneamento	1.997	36.223
Prestações de Serviços - Água	273.696	307.265
Prestações de Serviços - Saneamento	57.038	75.933
Prestações de Serviços - Outros	14.173	16.701
Total	12.312.351	12.437.547

A Empresa recebe ainda dos seus clientes juros pelo atraso no pagamento das faturas, tendo sido registados os seguintes montantes:

Juros de Mora	2018	2017
Juros de mora de Clientes	15.839	17.135

Nota 6 - Subsídios à exploração

Foram reconhecidos em Subsídios à Exploração os valores referentes à execução do Plano de Formação candidatado em 2017 ao Programa Cheque Formação, do Instituto do Emprego e Formação Profissional, e uma verba relativa ao Programa de Emprego Apoiado em Mercado Aberto, num âmbito do qual a empresa mantém um contrato de trabalho com uma colaboradora.

Subsídios à Exploração	2018	2017
Plano de Formação - POPH	6.370	1.101
Outros	7.796	7.035
Total	14.167	8.136

Nota 7 - Trabalhos para a Própria Entidade

O investimento em Ativos Reversíveis da Águas da Figueira, SA é realizado com recurso à subcontratação de empreitada, pelo que são reconhecidos os gastos e os réditos correspondentes com base na faturação de terceiros. O aumento do valor dos investimentos realizados gerou um acréscimo de 148% nesta rubrica.

Trabalhos para a Própria Entidade	2018	2017
Direito de Concessão Água - em curso	106.830	23.354
Direito de Concessão Saneamento - em curso	355.167	163.140
Total	461.996	186.494

Nota 8 - Inventários e Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

O valor do Inventário em 31 de dezembro de 2018 está escriturado conforme se apresenta no quadro seguinte:

Inventário de Matérias-Primas, Subs. e de Consumo	2018	2017
Matérias-Primas	9.382	11.389
Embalagens e Bobines	1.899	2.280
Materiais Diversos	49.707	52.703
Contadores	17.255	17.866
Perdas por imparidade acumuladas	-13.271	-13.556
Total	64.971	70.682

Foram reconhecidos como gastos de venda de inventário no exercício de 2018, os valores indicados no quadro seguinte, os quais foram calculados com base no custo médio ponderado.

2017	Matérias-Primas	Embalagens e Bobines	Materiais Diversos	Total
Existências Iniciais	9.575	2.807	53.297	65.679
Compras	79.884	5.758	103.172	188.814
Regularizações	-182	-6.285	-19	-6.486
Existências Finais	11.389	2.280	52.703	66.372
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	77.889	0	103.747	181.636

2018	Matérias-Primas	Embalagens e Bobines	Materiais Diversos	Total
Existências Iniciais	11.389	2.280	52.703	66.372
Compras	68.995	4.643	90.266	163.903
Regularizações	67	-5.024	122	-4.834
Existências Finais	9.382	1.899	49.707	60.987
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	71.069	0	93.384	164.453

De salientar que as movimentações de contadores no quadro seguinte não são refletidas em gasto do exercício, mas correspondem a investimento tangível.

Inventário - Contadores	2018	2017
Existências Iniciais	17.866	11.092
Compras	123.956	100.768
Regularizações	4.142	8.972
Existências Finais	17.255	17.866
Total	128.709	102.966

Para além dos gastos de matérias-primas e matérias consumidas no decurso normal da atividade Empresarial, foram ainda reconhecidas quebras de inventários resultantes quer da contagem física, quer da alienação de contadores retirados de rede.

Perdas/ganhos em Inventários	2018	2017
Matérias-Primas	394	-182
Embalagens e Bobines	-350	-1.434
Materiais Diversos	122	112
Contadores	-15.161	-3.364
Total	-14.995	-4.868

No exercício de 2018 foram reconhecidas reversões de ajustamentos de inventários no valor de 0,3 mil euros correspondentes à utilização em 2018 de materiais que por não terem tido qualquer utilização de 31 de Dezembro de 2010 a 31 de Dezembro de 2012 deram origem ao registo de imparidade em 2012.

Imparidade	
Saldo em 01.01.2017	14.474
Reforço do ano	
Utilizações	
Reversões	-918
Saldo em 31.12.2017	13.556
Reforço do ano	
Utilizações	
Reversões	-285
Saldo em 31.12.2018	13.271

Nota 9 - Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte.

Fornecimentos e Serviços Externos	2018	2017
Subcontratos	2.345.601	1.922.098
Trabalhos Especializados	1.199.666	1.180.833
Publicidade e Propaganda	37.337	21.226
Vigilância e Segurança	4.313	4.691
Honorários	22.860	24.465
Comissões	61.040	67.965
Conservação e Reparação	338.482	390.064
Outros Serviços	6.302	6.465
Materiais	90.817	49.843
Energia e Flúidos	436.970	452.508
Deslocações, Estadas e Transportes	12.733	10.407
Rendas e Alugueres	158.087	150.073
Comunicação	26.805	27.481
Seguros	62.586	61.483
Contencioso e Notariado	7.901	12.540
Despesas de Representação	15.701	11.846
Limpeza Higiene e Conforto	27.614	20.808
Outros Serviços	1.844	1.765
Total	4.856.657	4.416.562

A variação de cerca de 10% nesta rubrica está maioritariamente associada à variação da rubrica de subcontratos, pelo que se apresenta o respetivo detalhe no quadro da página seguinte.

Detalhe de Subcontratos	2018	2017
Exploração da rede de saneamento	1.432.581	1.380.750
Valorização Lamas	108.495	4.912
Limpa Fossas Colectores	28.579	18.372
Ramais Saneamento Normais	31.105	34.750
Ramais Água Normais	0	250
Manutenção Rede Água	173.546	184.716
Manutenção Rede Saneamento	108.918	90.146
Ampliações de Água	75.188	3.953
Ampliações de Saneamento	329.563	156.295
Leituras Externas	53.985	47.954
Aquisição de Água	3.643	0
Total	2.345.601	1.922.098

Conforme se pode constatar no quadro acima, a maior parte da variação desta rubrica está diretamente associada à execução do Plano de Investimentos.

O detalhe da rubrica de Trabalhos Especializados decompõe-se conforme quadro seguinte:

Detalhe de Trabalhos Especializados	2018	2017
Serviços Prestados Acionistas	541.743	547.252
Análises	25.652	24.400
Serviços de Contabilidade	6.845	6.750
Serviços ROC	10.027	9.659
Assistência Informática	63.102	53.521
Assistência SIG	29.440	29.440
Assistência Qualidade	1.507	1.575
Serviços Apoio Administração e Gestão	19.952	10.333
Outras Assessorias Diversas	225.074	198.475
Custos Facturação	153.721	172.070
Cedência de Pessoal	119.873	119.873
Assistência Telecontagem	2.730	7.484
Total	1.199.666	1.180.833

A Entidade detém o direito, em locações operacionais, de utilização de diversos veículos, os quais levaram ao reconhecimento em 2018 de 88.899 euros em gastos com rendas abaixo mencionados.

No final do período, a Entidade tem compromissos por locações operacionais, não canceláveis com os seguintes vencimentos:

Locações operacionais	Gasto do exercício	Rendas vincendas	Rendas < 1 ano	Rendas >1 ano
2018	88.899	143.775	47.330	96.446
2017	83.653	49.667	31.496	18.171

Nota 10 - Gastos com Pessoal

A distribuição dos Gastos com Pessoal foi a que consta no quadro seguinte:

Gastos com Pessoal	2018	2017
Remuneração Base	1.065.050	1.018.782
Subsídio Natal	89.319	85.441
Subsídio Férias	95.987	90.346
Subsídio Refeição	150.569	148.067
Serviço Nocturno	514	518
Subsídio de Turno	45.785	31.957
Abono p/Falhas	6.918	7.020
Subsídios_ IHT- Piquete-Transp-Parental	37.175	33.547
Subsídio Prevenção	25.880	25.946
Remuneração de Estágios-Privados	0	0
Horas Extraordinárias	34.901	30.065
Ajudas de Custo	0	0
Prémios	0	0
Remuneração Adicional	86.047	83.485
Indemnizações	18.629	668
Encargos sobre Remunerações	360.758	341.963
Seguros de Pessoal	48.685	45.475
Gastos de Ação Social	41.615	35.000
Outros Gastos com o Pessoal	32.954	12.509
Total	2.140.788	1.990.790

A distribuição dos colaboradores e o número de horas trabalhadas foi a seguinte:

Descrição	2018		2017	
	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoal ao serviço da empresa	97	183.981	97	181.209
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	97	183.981	97	181.209
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa			0	0
Pessoal ao serviço da empresa por tipo horário	97	183.981	97	181.209
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo				
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	97	183.981	97	181.209
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial				
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial				
Pessoal ao serviço da empresa por sexo	97	183.981	97	181.209
Homens	68	133.133	68	126.877
Mulheres	29	50.848	29	54.332
Pessoal ao serviço da empresa das quais	10	9.929	7	4.709
Pessoal ao serviço da empresa afectas à Investigação e Desenvolvimento				
Prestadores de serviço	7	5304	7	4397
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário	2,6	4.625	0,2	312

Nota 11 - Outros Rendimentos

Conforme se pode constatar no quadro seguinte, a maior variação em Outros Rendimentos rubrica está associada à rubrica de Outros não especificados, a qual inclui a alienação de sucata de contadores, a qual ascedeu em 2018 a 25,5 mil euros, assim como as indemnizações por eventos seguráveis no montante de 24,2 mil euros.

Outros Rendimentos	2018	2017
Descontos Obtidos	103	0
Recuperação de Dívidas a Receber	4.673	6.208
Ganhos em inventários	4.086	3.061
Rendimentos e Ganhos em investimentos não financeiros	0	0
Correções relativas a períodos anteriores	1.740	10.574
Excesso de estimativa para imposto	0	0
Restituição processo cobrança	6.394	7.267
Outros não especificados	68.496	29.701
Total	85.492	56.812

Nota 12 - Outros Gastos

Outros Gastos	2018	2017
Impostos Indirectos	45	44
Taxas	30.355	31.737
Perdas em inventários	19.081	7.929
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	329	53
Correcções Relat. Exercíc. Anter.	5.107	1.305
Donativos	5.831	4.499
Quotizações	910	810
Outros não especificados	3.009	5.734
Total	64.667	52.111

Foi reconhecido em Perdas em Inventários o valor de 17,6 mil euros correspondente às carcaças dos contadores alienados como sucata.

Nota 13 - Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Juros e Rendimentos Similares Obtidos	2018	2017
Juros de depósitos	0	247
Juros Mora de Clientes	15.839	17.135
Outros	2	0
Total	15.841	17.382

Nota 14 - Juros e Gastos Similares Suportados

Juros e Gastos Similares Suportados	2018	2017
Juros de financiamento obtidos	273.610	312.119
Comissões e despesas com financiamento	40.419	42.986
Atualização da Renda à Concedente	56.118	24.629
Outros	1	0
Total	370.148	379.735

A redução dos Juros e Gastos Similares Suportados decorre da redução da Euribor e reembolso do Capital em Dívida ao Sindicatos Bancário.

Nota 15 - Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado nas demonstrações financeiras é apurado de acordo com o preconizado no Código do IRC. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de impostos corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de imposto e o lucro tributável originadas no exercício ou em exercícios anteriores.

Em 2018, o imposto do exercício cifrou-se em 604.159 euros, cujo cálculo se evidencia no quadro seguinte.

Imposto do Exercício	Base de imposto	
	2018	2017
Resultado antes de impostos	2.459.722	2.825.425
A Acrescer		
Despesas de Representação	360	0
Artigos para oferta	6.899	0
Subsídio de Prevenção	25.880	25.946
Donativos não aceites	5.831	4.499
Juros mora e compensatórios	1	0
Multas e Penalidades	0	77
Correções Exº Anterior	5.107	1.305
Deslocações	468	0
Outros Custos não fiscais	2.601	85
Ajust cobrança Duvidosa	15.554	0
IRC - Insuf. Estimativa	0	0
A Deduzir		
Benefícios Fiscais	-21.380	-16.359
Lucro Tributável	2.501.042	2.840.978
Imposto	-525.219	-596.605
Derrama Estadual	-30.031	-40.229
Derrama	-37.516	-42.615
Tributações Autónomas	-14.660	-10.874
Imposto calculado	-607.425	-690.323
Dif. Temporárias	3.266	0
Imposto sobre o Rendimento	(604.159)	(690.323)

Como resultado das diferenças entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base tributável, a Empresa contabilizou em 2018 impostos diferidos, conforme quadro abaixo.

IMPOSTOS DIFERIDOS	31 de Dezembro de 2018					
	Saldo a 01-01-2018	Origem		Reversão		Saldo a 31-12-2018
		Resultado Líquido	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Capitais Próprios	
Ativos por impostos diferidos						
Diferenças Temporárias	0	3.266				3.266
Prejuízos Fiscais	0	0		0		0
Total	0	3.266	0	0	0	3.266

	31 de Dezembro de 2018			31 de Dezembro de 2017		
	Resultado Fiscal	Ativos por impostos Diferidos	Ano Limite de Utilização	Resultado Fiscal	Ativos por impostos Diferidos	Ano Limite de Utilização
Resultado	-15.554	3.266	2023			
Total	(15.554)	3.266		0	0	

O valor do imposto reconhecido no período corresponde a uma taxa efetiva de 23,7% em 2018.

Imposto sobre o Rendimento	2018	2017
Imposto Corrente	607.425	690.323
Imposto Diferido	-3.266	0
Total	604.159	690.323

Nota 16 - Ativos Fixos Tangíveis

As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1, bem como o método de depreciação e respetivas taxas de depreciação.

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período encontram-se apresentadas no quadro da página seguinte.



ÁGUAS DA FIGUEIRA, SA

INVESTIMENTOS TANGÍVEIS											euros
	31/12/2016	Aumentos	Regulariz.	Transf.	Abates	31/12/2017	Aumentos	Regulariz.	Transf.	Abates	31/12/2018
Ativos fixos Tangíveis											
Equipamento Básico											
Ferramentas	92.616	2.519			(1.000)	94.136	6.051			(581)	99.606
Contadores	1.325.363	102.966	(53)		(111.983)	1.316.293	128.709			(147.774)	1.297.229
Microgeração	10.136					10.136					10.136
SIG	679.530					679.530		0			679.530
Aparelhagem e máquinas eletrónicas	20.157	13.470				33.626	2.000	(2.996)	9.386		42.016
Equipamento de Transporte	50.807					50.807					50.807
Equipamento Administrativo	275.723	23.603				299.326	9.070				308.396
Outros Ativos fixos Tangíveis	13.031	430				13.461	2.386				15.847
Depreciações Acumuladas											
Equipamento Básico											
Ferramentas	(86.473)	(3.068)			1.000	(88.541)	(3.829)			581	(91.789)
Contadores	(1.047.197)	(64.350)			98.930	(1.012.616)	(66.960)			125.661	(953.915)
Microgeração	(8.193)	(1.014)				(9.206)	(929)				(10.136)
SIG	(537.962)	(84.941)				(622.903)	(56.628)				(679.530)
Aparelhagem e máquinas eletrónicas	(4.336)	(3.395)				(7.730)	(4.622)	15			(12.337)
Equipamento de Transporte	(49.273)	(708)				(49.981)	(708)				(50.689)
Equipamento Administrativo	(235.006)	(16.284)				(251.289)	(15.049)				(266.339)
Outros Ativos fixos Tangíveis	(8.362)	(22)				(8.385)	(1.139)				(9.524)
Total Investimento Tangível	2.467.364	142.988	(53)	0	(112.983)	2.497.316	148.216	(2.996)	9.386	(148.355)	2.503.567
Total Depreciações Acumuladas	(1.976.801)	(173.781)	0	0	99.930	(2.050.652)	(149.864)	15	0	126.242	(2.074.259)
Total Investimento Tangível	490.563	(30.793)	(53)	0	(13.053)	446.664	(1.649)	(2.981)	9.386	(22.113)	429.308
Investimentos em curso											
Investimentos em curso - tangíveis	0					0	75.810	2.996	(9.386)		69.420
Total Investimentos em curso	0	0	0	0	0	0	75.810	2.996	(9.386)	0	69.420

Relatório e Contas 2018

Nota 17 - Ativos Intangíveis

Conforme anteriormente referido, tendo em conta que estamos perante um Acordo de Concessão de um serviço público, a contabilização dos direitos do concessionário relativamente às infraestruturas, os serviços de construção e os serviços operacionais seguem o preconizado na IFRIC 12.

Na assinatura do Contrato de Concessão a Empresa comprometeu-se a efetuar investimentos, nomeadamente, em infraestruturas de Água e Saneamento no concelho da Figueira da Foz. Estes investimentos no final da Concessão revertem a favor da Concedente (Câmara da Figueira da Foz) sem custos nem ónus. Essas infraestruturas foram até 2011 comparticipadas pela Concedente.

Esta construção, de acordo com a IFRIC 12 e NCRF 19, é reconhecida:

- Em rédito e em custo, pelos serviços de construção e valorização;
- Em ativo financeiro na parte correspondente à comparticipação da Concedente;
- Em ativo intangível, na parte correspondente aos serviços de construção deduzido da comparticipação da Concedente e acrescido dos encargos financeiros atribuíveis aos investimentos acordados que foram capitalizados durante a fase de construção.

Para além destes bens, encontra-se registado como Ativo Intangível o valor correspondente ao valor da retribuição à Concedente contratualizada.

Foram igualmente registados em Ativos Intangíveis os gastos iniciais do arranque da Concessão e gastos de reequilíbrios.





ÁGUAS DA FIGUEIRA, SA

INVESTIMENTOS INTANGÍVEIS												euros
	31/12/2016	Aumentos	Regulariz.	Transf.	Abates	31/12/2017	Aumentos	Regulariz.	Transf.	Abates	31/12/2018	
Ativos Intangíveis												
Propriedade Industrial	2.095					2.095					2.095	
Equipamento Básico da Concessão												
Setor Água	11.994.007			186.134		12.180.142	44.080				12.224.221	
Setor Saneamento	29.159.558	4.311		128.752		29.292.621	10.720		242.268		29.545.609	
Setor Comum	31.613					31.613					31.613	
Telegestão	691.200					691.200				(3.911)	687.289	
Retribuição à Concedente	15.939.801					15.939.801					15.939.801	
Gastos Iniciais da Concessão	781.571					781.571					781.571	
Gastos de Reequilíbrio da Concessão	1.300.345					1.300.345					1.300.345	
Depreciações Acumuladas												
Propriedade Industrial	(1.612)	(75)				(1.686)	(75)				(1.761)	
Equipamento Básico da Concessão												
Setor Água	(3.879.468)	(662.147)				(4.541.614)	(668.497)	1431			(5.208.680)	
Setor Saneamento	(11.834.095)	(1.407.254)				(13.241.349)	(1.404.335)	870			(14.644.815)	
Setor Comum	(12.337)	(1.562)				(13.899)	(1.546)				(15.445)	
Telegestão	(678.553)	(5.198)				(683.751)	(5.138)			3.911	(684.978)	
Retribuição à Concedente	(10.479.716)	(442.377)				(10.922.094)	(437.890)				(11.359.983)	
Gastos Iniciais da Concessão	(406.137)	(30.418)				(436.555)	(30.109)				(466.664)	
Gastos de Reequilíbrio da Concessão	(541.467)	(61.484)				(602.952)	(60.861)				(663.813)	
Total Ativo Intangível Bruto	59.900.189	4.311	0	314.886	0	60.219.387	54.800	0	242.268	(3.911)	60.512.544	
Total Depreciações Acumuladas	(27.833.384)	(2.610.515)	0	0	0	(30.443.900)	(2.608.450)	2.301	0	3.911	(33.046.138)	
Total Ativo Intangível	32.066.805	(2.606.204)	0	314.886	0	29.775.487	(2.553.650)	2.301	242.268	0	27.466.406	
Investimentos em curso												
Empreitadas	4.675	95.399		(100.074)		0					0	
TPE Água	126.900	59.234		(186.134)		0	106.830				106.830	
TPE Saneamento	0	67.741		(28.677)		39.063	355.167	(151.962)	(242.268)		0	
Outros investimentos	0					0					0	
Total Investimentos em curso	131.575	222.374	0	(314.886)	0	39.063	461.996	(151.962)	(242.268)	0	106.830	

Relatório e Contas 2018

Nota 18 - Clientes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de clientes apresentava a seguinte distribuição:

Clientes	2018	2017
Clientes gerais	1.885.129	2.050.743
Clientes por acréscimo	583.990	529.744
Clientes perdas imparidade acumuladas	(406.071)	(391.681)
Saldo Ativo	2.063.047	2.188.805
Adiantamento de Clientes	4.342	6.178
Saldo Passivo	4.342	6.178

Ao nível da antiguidade dos saldos, obtemos os valores constantes do quadro seguinte:

Ano	Total	Não vencido	< 30	30<X< 60	60<X< 90	90<X<120	120<X<180	180<X<360	>360
2018	1.885.129	1.102.481	137.297	49.555	10.327	7.770	14.627	23.430	539.640
2017	2.050.743	1.170.642	287.839	43.375	6.758	6.604	29.063	23.793	482.669

O movimento ocorrido na imparidade acumulada durante o ano de 2018 relativamente a clientes foi o seguinte:

Imparidade	
Saldo em 01.01.2017	383.347
Reforço do ano	40.983
Utilizações	-32.649
Reversões	
Saldo em 31.12.2017	391.681
Reforço do ano	39.172
Utilizações	-24.782
Reversões	
Saldo em 31.12.2018	406.071

No ano de 2018 foram interpostas 125 ações de injunção, às quais corresponde um valor em dívida de 53,4 mil euros.

Nota 19 - Estado e outros entes públicos

Em dezembro de 2018 e 2017 a rubrica Estado e Outros Entes Públicos apresentava as quantias no ativo e no passivo, conforme quadro da página seguinte.

Ativo	2018	2017
IRC	0	0
IVA a Recuperar	5.359	0
Total Saldos Ativos	5.359	0

Passivo	2018	2017
IRC	7.129	56.444
Pagamentos por Conta	-595.398	-542.906
Pagamentos Adicionais por conta	-37.294	-30.881
Retenções Juros Bancários	-63	-412
Retenções Prediais	-1.125	-1.125
Imposto do Exercício	607.425	690.323
IRS	16.286	14.677
IVA	0	27.485
Contribuições para a Segurança Social	16.055	15.576
Caixa Geral de Aposentações	22.577	21.519
Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos	338.383	352.647
Outras Tributações	174.248	75.766
Total Saldos Passivos	574.678	564.113

Nota 20 - Outros créditos a receber

Em dezembro de 2018 e 2017 a rubrica Outros Créditos a Receber apresentava as seguintes quantias:

Outros créditos a receber	2018	2017
Outros Devedores	18.390	18.390
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	7.110	7.074
Pessoal	700	0
Fundos de Compensação do Trabalho	2.532	1.686
Total	28.732	27.150

A rubrica Outros Devedores é constituída por depósitos de garantia a favor de terceiros, nomeadamente no âmbito de fornecimentos e serviços relacionadas com a rubrica Energia e Flúidos. A rubrica de Devedores por Acréscimos de Rendimentos é composta na sua maioria pelos valores não recebidos relativos a formação realizada no âmbito da Medida Cheque-Formação.

Nota 21 - Diferimentos

Esta rubrica decompõe-se da forma seguinte:

Diferimentos		
Ativo	2018	2017
Seguros pagos antecipadamente	0	-189
Assistência Informática	0	30.365
Outros Diferimentos	19.327	44.813
Total	19.327	74.990

Nota 22 - Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2018, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 300.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada, conforme distribuição do quadro seguinte.

Participação no capital subscrito	2018			2017		
	%	Ações	Capital social	%	Ações	Capital social
AGS	50%	149.999	749.995	50%	149.999	749.995
AQUAPOR	50%	149.998	749.990	50%	149.998	749.990
AMPLIMÓVEIS		1	5		1	5
Water Value – Serv.Ambientais, SA		1	5		1	5
LUSÁGUA-Serv. Ambientais, SA		1	5		1	5
Total	100%	300.000	1.500.000	100%	300.000	1.500.000

A rubrica de Outros instrumentos de Capital Próprio é composta da seguinte forma:

Outros instrumentos de Capital Próprio	Prestações acessórias
AGS	2.352.008
AQUAPOR	2.352.008
Total	4.704.015

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 29 de março de 2018, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e foi decidido, tal como proposto pelo Conselho de Administração, que o resultado líquido referente a esse exercício fosse transferido de acordo com o art.º 295 do CSC para a rubrica Resultados Transitados, conforme os quadros seguintes.

Resultados Transitados	2018	2017
Resultados Transitados Disponíveis	9 019 824	6 884 723
Total	9.019.824	6.884.723

Reservas Legais	2018	2017
Saldo Inicial	300.000	300 000
Reforço	0	0
Saldo Final	300.000	300 000



Nota 23 - Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos, mensurados a custo, são os que constam do quadro seguinte.

Financiamentos Obtidos	2018	2017
NÃO CORRENTE		
Empréstimo Bancário MLP	0	3.223.500
Suprimentos	4.908.824	4.508.824
Juros financiamento de participantes de capital	2.534.524	3.203.877
Total	7.443.348	10.936.200
CORRENTE		
Empréstimo Bancário MLP	0	3.223.500
Juros Bancários	0	4.153
Total	0	3.227.653

O detalhe dos financiamentos e respetivas condições são os indicados no quadro seguinte.

Financiamentos Obtidos	2018	2017
Empréstimo Bancário MLP	0	6.447.000
Condições	N. Aplic	Euribor 6m+1,2%
Taxa de juro 31 de Dezembro	N. Aplic	-0,217%
Suprimentos	4.908.824	4.508.824
Condições	Euribor 12m + 5%	Euribor 12m+5%
Taxa de juro (média do ano)	4,532%	4,979%

De acordo com informação atrás referida, em 7 de Dezembro de 2018 a Águas da Figueira, SA completou o reembolso do financiamento bancário.

No sentido de garantir o pontual cumprimento das obrigações da Águas da Figueira, SA, foi efetuado no final do ano de 2018 um reforço de suprimentos pelos acionistas, pelo que a distribuição dos mesmos é, no final do ano a seguinte:

Suprimentos	2018	2017
AGS	2.454.412	2.254.412
AQUAPOR	2.454.412	2.254.412
Total	4.908.824	4.508.824

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'P' and a signature that appears to be 'Onb'.

Nota 24 - Outras dívidas a pagar

Em dezembro de 2018 e 2017 a rubrica Outras Dívidas a Pagar apresentava as quantias no passivo corrente e não corrente que constam do quadro seguinte.

Outras dívidas a pagar	2018	2017
NÃO CORRENTE		
Retribuição à Concedente	3.397.003	3.705.424
CORRENTE		
Outras Operações com o pessoal	0	219
Credores por acréscimos de gastos	451.876	387.464
Retribuição à Concedente	364.538	361.108
Outras dívidas à Câmara Municipal	51.428	40.758
Outros credores	3.322	3.237
Total	871.165	792.787

O valor a pagar relativo à renda de Concessão encontra-se atualizado de acordo com o índice preconizado no Contrato de Concessão.

Nota 25 - Fornecedores

A rubrica Fornecedores de conta corrente e de investimento em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 tinha a seguinte composição:

Ativo	2018	2017
Adiantamento a Fornecedores	6.412	0
Total	6.412	0

Passivo	2018	2017
Fornecedores	1.140.002	1.163.335
Gerais	480.871	500.250
Empresa Mãe	659.131	663.086
Fornecedores de investimento	102.908	23.283
Total	1.242.910	1.186.618

A antiguidade de saldos de fornecedores a 31 de dezembro de 2018 e 2017 era a seguinte:

Ano	Total	< 30	30<X< 60	60<X< 90	> 90
2018	1.242.910	784.083	65.305	73.087	320.434
2017	1.186.618	685.319	79.754	90.455	331.090

Nota 26 - Provisões

À data de fecho de exercício encontra-se constituída uma provisão que corresponde à melhor estimativa do valor do reembolso no âmbito da participação da Águas da Figueira, SA num projeto europeu ao abrigo do Project Life 10 ENV/IT/000308 WW SIP. O valor da Provisão constituída para o efeito corresponde à percentagem da participação Águas da Figueira, SA no total do projeto.

Provisões	
Saldo em 31.12.2017	0
Reforço do ano	37.078
Utilizações	
Reversões	
Saldo em 31.12.2018	37.078

Nota 27 - Partes Relacionadas

A natureza das transações com as partes relacionadas é a que consta do quadro seguinte.

Partes relacionadas	AGS, SA		Aquapor, S.A.		Luságua, S.A.	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Aquisição de Serviços Intragrupo	367.915	378.076	347.080	350.257	1.555.146	1.544.579
Custos Financeiros	111.237	112.243	111.237	112.243		
Total	479.151	490.319	458.317	462.500	1.555.146	1.544.579

Valores Pendentes	AGS, SA		Aquapor, S.A.		Luságua, S.A.	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Saldos a Pagar	4.049.360	4.185.074	4.053.119	4.190.712	257.676	290.801
Saldos a Receber					31.754	46.838

Relativamente às remunerações do pessoal chave de gestão, foram reconhecidos os únicos benefícios existentes, de curto prazo, e que correspondem à distribuição do quadro seguinte.

Remunerações Pessoal Chave na Gestão	2018	2017
Total de Benefícios de Curto Prazo	284.235	276.599
Remuneração Base	136.562	132.132
Subsídio Natal	11.391	11.011
Subsídio Férias	11.391	11.011
Comissão de Serviço	63.483	62.663
Encargos Sociais	53.195	51.682
Retribuição Suplementar	0	0
Subsídio de Refeição	8.213	8.100
Outros	0	0
Total de Benefícios Pós-emprego	0	0
Total de Outros Benefícios de longo prazo	0	0
Total de benefícios de longo prazo	0	0
Total de benefícios por cessação de emprego	0	0
Total de pagamentos com base em ações	0	0
Total de Remunerações	284.235	276.599

Foram considerados Pessoal Chave na Gestão o Diretor Geral, a Assessora de Direção e os Diretores de Departamento que coordenam colaboradores.

Nota 27 - Garantias Bancárias a Favor de Terceiros

No final do ano 2018 a Águas da Figueira, SA não tem ativa qualquer garantia a favor de terceiros.

Nota 28 - Acontecimentos após a data do Balanço

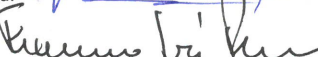
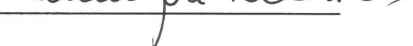
O Relatório e Contas foi aprovado pelo Conselho de Administração em 25 de Março de 2019 tendo sido na mesma data autorizadas para emissão as respetivas demonstrações financeiras.

Não foram recebidas informações após a data do balanço que originassem atualizações quer das demonstrações financeiras quer das divulgações.

Não ocorreram acontecimentos após a data do balanço que tenham dado lugar a ajustamentos.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

Nos oito dias seguintes à deliberação que mande elaborar novas contas ou reformar as apresentadas, os membros da Administração podem requerer inquérito judicial, em que se decida sobre a reforma das contas apresentadas, a não ser que a reforma deliberada incida sobre juízos para os quais a lei não imponha critérios.

O CONTABILISTA CERTIFICADO	O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Luís Vieira 	Paulo Jorge Almeida Oliveira, Presidente 
A DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	Altino Barbosa da Conceição, Vogal 
Maria Otilia Duarte 	Fausto Manuel Melo de Oliveira, Vogal 
	Francisco José Pereira Morais, Vogal 



[Handwritten signature and initials in blue ink]

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas da Figueira, S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

No decurso do exercício, acompanhamos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas, sem ênfases, e com um parágrafo de outras matérias.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:



Parecer do Fiscal Único

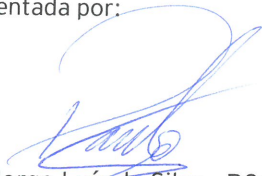
Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Águas da Figueira, S.A. (a Entidade) nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2018 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2018 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2018, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 25 de março de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva - ROC nº 1334
Registado na CMVM com o nº 20160944



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "A. Figueira", with a checkmark and other markings.

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Águas da Figueira, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 30.949.926 euros e um total de capital próprio de 17.379.402 euros, incluindo um resultado líquido de 1.855.563 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Águas da Figueira, S.A. em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

A Certificação Legal das Contas emitida em 27 de março de 2018, com referência a 31 de dezembro de 2017, continha uma reserva por desacordo relacionada com a não aplicação do custo amortizado, que deixou de ser aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

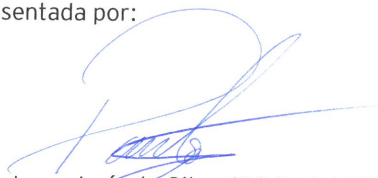
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 25 de março de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)
Registado na CMVM com o nº 20160944